



PRM-STM-PA-00008778/2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE APOIO PERICIAL
- Centro Regional de Perícia 4 -**

LAUDO TÉCNICO Nº 001/2016 – Seap

REFERÊNCIA	IC 1.23.000.001675/2011-87
UNIDADE SOLICITANTE	PR-PA
EMENTA	Barcarena/PA. Distrito Industrial. Comunidades Tradicionais. Conflitos Socioambientais.
TEMÁTICA	Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
GUIA SISTEMA PERICIAL	000952/2015

1. INTRODUÇÃO

O procedimento em referência foi instaurado para “apurar possíveis fragilidades no processo de licenciamento de grandes empreendimentos industriais localizados no município de Barcarena/PA, em especial em razão da ausência de um efetivo monitoramento das atividades, colocando em risco o meio ambiente e população local incluindo áreas de domínio federal”.

O chamado Distrito Industrial de Barcarena abrange cerca de 3.000 ha e faz parte de um conjunto de áreas sob gestão da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (CODEC), antiga Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI/PA), criada em 1976 para viabilizar as condições de implantação de projetos industriais no estado. Sua criação ocorreu no contexto de escolha do município para receber indústrias de transformação da bauxita em alumina e alumínio primário, resultado da convergência de interesses do capital internacional e do governo brasileiro à época.

Em 2010, diante do cenário de décadas de conflitos referentes aos processos expropriatórios vividos pela população local e o aumento da poluição industrial, após a realização de uma audiência pública em Vila do Conde, o governo do estado criou um grupo

técnico (GT) com o objetivo fazer o cadastramento das famílias ocupantes e propor alternativas de remanejamento destas famílias. A CDI contratou a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão em Ciências Agrárias, da Universidade Federal Rural da Amazônia (FUNPEA/UFRA), que realizou um levantamento socioeconômico em 9 (nove comunidades) situadas no distrito, que identificou a existência de 1622 famílias.

Em 2015, a fim de estabelecer diretrizes quanto aos destinos da população habitante do Distrito Industrial de Barcarena, foi celebrado o Termo de Compromisso nº 8/2015, firmado entre Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA), Ministério Público Federal (MPF), Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (CODEC), Estado do Pará, Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA).

O presente Laudo Técnico visa atender à solicitação pericial PR-PA-000952/2015, por meio da produção de laudo antropológico com o objetivo de identificar, tendo como referência o levantamento realizado por equipe da FUNPEA/UFRA na área do Distrito Industrial em 2012, os grupos humanos que se enquadram na definição constante no art. 2º, inciso IV da Lei 13.123/15: “comunidade tradicional – grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”.

A definição acima teve sua primeira redação estabelecida no Decreto 6.040/07, e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro está em consonância com os princípios da Convenção 169 da OIT e da Convenção da Diversidade Biológica. Farta literatura antropológica vem sendo produzida no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, produzindo conceitos e resultados empíricos na análise da situação de povos indígenas e comunidades tradicionais em um contexto de rediscussão dos paradigmas do desenvolvimento socioeconômico.¹ Comumente considerados tanto como entraves aos processos macroeconômicos globais, quanto representantes de um passado a ser transformado pelas forças do capitalismo transnacional, estes grupos estão envolvidos, em todo o mundo, em uma série de lutas sociais pelo reconhecimento de seus direitos.

Com base na bibliografia levantada sobre os processos sociais em Barcarena, é

1 CARNEIRO DA CUNHA, M & ALMEIDA, M.W. **Populações indígenas, povos tradicionais e preservação da Amazônia. Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193; BARRETO FILHO, H.T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. IN: ADAMS, C, MURRIETA, R. & NEVES, W. (orgs), **Sociedades Caboclas Amazônicas. Modernidade e Invisibilidade.** São Paulo, FAPESP e Annablume, 2006, pp. 109-143; LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília, UnB, 2002. Série Antropologia, 322. ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus, PGSCA-UFAM, 2008, 2. ed.

possível identificar dois grandes conjuntos temáticos: 1) os trabalhos voltados para a análise de arranjos e dinâmicas do processo de industrialização, gestão pública, relações de trabalho, a chamada flexibilização da produção, a situação das empresas subcontratadas e 2) os trabalhos dedicados ao estudo dos impactos socioambientais com a chegada dos empreendimentos, as comunidades locais, suas relações com empresas e poder público, os deslocamentos populacionais, os fluxos migratórios, os processos reivindicatórios pela garantia de direitos coletivos.²

No que tange à caracterização dos grupos sociais nativos, é oportuno destacar a bibliografia que acompanhou tanto os diversos processos expropriatórios ocorridos como as consequências destes processos para os grupos até a atualidade.³ Em linhas gerais, podemos delinear três áreas de ocupação destes grupos: 1) a região costeira, à beira do rio Pará, onde se localizavam povoados que foram desapropriados com a chegada da Albrás/Alunorte e a construção do porto da Pará Pigmentos; 2) a região do rio Murucupi, com a presença de grupos impactados com a construção do núcleo urbano; e 3) a região mais ao interior, das adjacências de Vila do Conde até o rio Arienga, ao sul, onde incide os limites do Distrito Industrial, foco deste trabalho.

Outra tipologia possível referente a estes grupos é a que leva em conta a conjunção de alguns aspectos: divisão por diferentes períodos, tipos de empresas que se

2 “Há duas pautas que ajudam a compreender uma parte significativa do campo empírico e do autal contexto de Barcarena: 1) os novos arranjos espaciais e as dinâmicas sociais que emergem, simultaneamente, com o processo de industrialização da Amazônia; 2) a reorganização e o deslocamento de comunidades preexistentes para o entorno, situando-o na nova configuração sócio-política como parte da tríade espaço de extração mineral, área da empresa e periferia (entorno), como espaços que se completam e são indivisíveis”. CARMO, E.D. **O território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos sócio-culturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2010, p. 60.

3 LEAL, Aluisio Lins. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRÁS/ALUNORTE. IN: **Revista Ciências da Terra**, nº 5, jul/ago, 1982; MOURA, E.A.F. & MAIA, M.L. A reorganização do espaço de trabalho numa área de grandes projetos: uma análise do Projeto Albrás-Alunorte em Barcarena-Pará. IN: **Anais do III Encontro Nacional da ANPUR**. Águas de São Pedro, São Paulo, 1989, vol.1, pp. 81-90; MOURA, E.A.F. Laranjal sem laranjas: condições de vida após a implantação dos grandes projetos na Amazônia. **Anais UNICAMP: ABEP; NEPO**, 1990, PP. 197-224; NASCIMENTO, N.S.F. **O destino de uma comunidade cabocla frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curuperé)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999; SOUZA, W.C.A. **Vinte e cinco anos depois: Efeitos sociais do Projeto ALBRÁS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena-Pará)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2006; CARMO, E.D. **O território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos sócio-culturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010; ACEVEDO MARIN, R.E. & MAIA, R.O.M. **Terra tradicionalmente ocupada de São Lourenço: direitos de descendentes indígenas Gibrí e de Manoel Joaquim dos Santos, Barcarena-PA**, Belém, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, NAEA/UFPA, 2015; ACEVEDO MARIN, R.E. & MAIA, R.O.M. **Quilombolas-indígenas do Sítio São João: formas de existência e resistência no Rio Murucupi, Barcarena**. Belém, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, NAEA/UFPA,, 2014; ACEVEDO MARIN, R.E. & MAIA, R.O.M. **Territorialidades específicas dos Quilombolas Indígenas do Sítio Cupuaçu/Boa Vista**. Belém, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, NAEA/UFPA, 2014; ACEVEDO MARIN, R.E. **Relatório antropológico de Burajuba**. Belém: UFPA, 2013.

instalaram, formas de desapropriações e os impactos socioambientais vividos: 1) nas décadas de 1970/80, a instalação do complexo da Albrás/Alunorte, o porto de Vila do Conde e o núcleo urbano; 2) nas décadas de 1990/2000, os conflitos envolvendo a criação da Vila dos Cabanos, a chegada da indústria do caulim e o processo de diversificação de empresas no Distrito Industrial, e mais recentemente, a expansão de projetos portuários entre Itupanema e Caripi, e a ênfase nos empreendimentos do ramo logístico.⁴

Para os propósitos do Laudo, além da leitura do levantamento da FUNPEA/UFRA, da pesquisa bibliográfica, e do contato com representante técnico da CODEC, foram realizados contatos com pesquisadores envolvidos em estudos acerca dos processos sociais em Barcarena⁵, bem como trabalhos de campo em nove localidades (Curupéré, Canaã, Maricá, Ilha São João, região do rio Arienga, Acuí, Pramajó/Peteca, Dom Manoel e Bairro Industrial). Em abril de 2016, na sede do MP/PA em Barcarena, participei de reunião com representante do MP/PA, lideranças comunitárias, integrantes do GT de 2010 e pesquisadores, com o objetivo de definir a programação dos trabalhos de campo.

A primeira etapa ocorreu em Curupéré, Canaã, Maricá e Ilha São João, no período entre 17 a 21/05/2016. A segunda etapa, em Arienga, Acuí e Pramajó/Peteca, aconteceu entre 23 a 26/05/2016. Finalmente, a terceira etapa foi realizada entre 30/05 e 02/06/2016, no Bairro Industrial e em Dom Manoel, seguida de outras entrevistas realizadas no Bairro Industrial em 10/06/2016. Os trabalhos de campo envolveram atividades coletivas com integrantes da comunidades, em que se buscou por meio do acesso às redes de interconhecimento⁶ do grupo, identificar o modo como pensam sua própria trajetória, pessoas, famílias e eventos considerados relevantes, e por meio do qual expressaram sua visão do mundo, aspectos de sua organização social, relações com o ambiente, entre outras dimensões de sua vida social. Estas atividades foram complementadas com entrevistas com algumas famílias em cada localidade, além de uma entrevista com dois integrantes oriundos da comunidade antes localizada na Ponta da Montanha, à beira do rio Pará, que passou pela

4 Ver HAZEU, M.T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015, p. 227.

5 No início dos trabalhos realizei contatos com Rosa Acevedo Marin e Rosane Maia, que coordenaram relatórios de pesquisa que subsidiaram demandas de reconhecimento de grupos tradicionais em Barcarena junto à Fundação Cultural Palmares (ver Nota 3). Participaram de algumas das oficinas junto às comunidades os pesquisadores Marcel Hazeu, Eunápio Dutra do Carmo, Nádia Fialho do Nascimento, Júlio Patrício, que desenvolvem ou já desenvolveram pesquisas envolvendo os grupos em foco. Também participaram de algumas oficinas Petronilo Gonçalves e Cleide Maria Goes Monteiro, esta também uma liderança da comunidade Acuí, integrantes do GT de 2010.

6 “*Interconhecimento*: esse termo designa o fato de pessoas se conhecerem mutuamente de vista, de nome, de experiência partilhada. Cada pessoa está no centro de uma rede de interconhecimento. A sobreposição densa dessas redes constitui um *contexto de interconhecimento*. Um campo de pesquisa pode consistir na exploração sistemática de um desses contextos ou, então, em sondar pontualmente um certo número desses contextos justapostos. O interconhecimento designa uma relação interpessoal. O interconhecimento supõe a existência de interações pessoais de repetição. Implicará, em geral, em interdependência” BEAUD, S. & WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2014, 2. ed.

experiência de dois deslocamentos forçados por interesses empresariais na região, o primeiro para as proximidades de Curupeté na década de 1990, e o segundo para as localidades de Massarapó e Nova Vida, pontos mais distantes no município, na década seguinte.

Os relatos ouvidos nos grupos sociais com os quais tive contato ressaltam os impactos, em geral violentos, de intervenções sobre o território de seus antepassados, as tensões advindas dos processos de desapropriações e das indenizações, a dor causada pela perda de suas terras, as dificuldades de adaptação nos deslocamentos (tanto de grupos nativos como de migrantes), os danos provocados pela poluição.

Outro impacto importante, geralmente desconsiderado, reside no sentimento de despersonalização frente a todo um histórico de levantamento e vistorias, pelos quais estes grupos são transformados em números, extensão de lotes, dados estatísticos, etc. O presente Laudo Técnico buscou ser o mais fiel possível na tradução da maneira como os próprios grupos têm acompanhado os processos sociais de que fazem parte. Termos e expressões do universo cultural dos grupos, ou utilizados por estes para marcar eventos e processos específicos, estão grifados em *itálico*. O trabalho antropológico é um esforço coletivo, fruto da confiança entre o pesquisador e os grupos com os quais estabelece diálogo. Um dos princípios firmados no contato com as comunidades foi a devolução do material utilizado nos trabalhos, a ser definida em momento oportuno, de modo que os próprios grupos tenham acesso ao que foi produzido em um esforço colaborativo.

2. OS GRUPOS SOCIAIS HABITANTES DOS RIOS E IGARAPÉS: CURUPERÉ, ACUÍ, ARIENGA, PRAMAJÓ, MARICÁ E DENDÊ

Segundo dados do IBGE, citados no levantamento da FUNPEA/UFRA, entre 1970 e 1991 a população do município de Barcarena passou de 17.695 para 45.946 habitantes, um aumento de mais de 150%, enquanto sua população rural reduziu de 87% para 53%.⁷ O intervalo entre estas décadas coincide com o início da chegada de grandes empreendimentos na região, que por sua vez desencadeou uma série de drásticas transformações para os grupos sociais habitantes dos rios e igarapés Curupeté, Acuí, Arienga, Pramajó, Maricá e Dendê, foco do presente trabalho.

Indicadores sobre o perfil urbano ou rural da população, por meio de dados referentes à profissão e ocupação, assim como dados acerca da origem dos fluxos migratórios,

⁷ COSTA, M.S.S. (coord.) **Cadastramento e perfil socioeconômico de famílias ocupantes da área da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará – CDI/PA no município de Barcarena**. Belém: CDI; UFRA, 2012, p. 48.

são importantes ferramentas para o planejamento e a tomada de decisões governamentais. O levantamento da FUNPEA/UFRA apresenta estes dados discriminados por cada uma das nove comunidades estudadas. Contudo, é preciso cautela no tratamento destes dados empíricos, em contextos associados a povos e comunidades tradicionais. Quando coletados sem uma reflexão crítica sobre seu significado, podem gerar distorções e reforçar concepções a priori sobre a tradicionalidade destes grupos.⁸

A literatura sobre estes grupos sempre abordou as situações em que membros de famílias camponesas se tornam proletários ou seguem determinados tipos de carreiras profissionais fora do campo, como estratégias de obtenção de recursos diversificados para a manutenção da família, enquanto os demais integrantes continuam com suas atividades produtivas tradicionais. Existem também os casos em que as condições para o exercício destas atividades se tornam precárias, como na perda de terras e na privação do acesso aos demais recursos naturais, o que tem sido comum na experiência recente destes grupos na região, conforme veremos adiante.⁹

Quanto à procedência de pessoas de fora, é preciso atentar para os modos específicos como os grupos regulam suas redes de pertencimento e de relações com outros grupos sociais. Dois exemplos observados nos trabalhos de campo ilustram este ponto. Cleia Monteiro nasceu no município de Ponta de Pedras, no Marajó, e contou que sua rotina de infância era junto com seus pais, nas atividades de roça, extração de açaí e pesca. A escola mais próxima ia até a 4ª série, e se quisesse avançar nos estudos teria que acordar às 3 da madrugada para pegar o barco em direção à sede municipal. Seu pai resolveu ir para Vila do Conde, trabalhando como pedreiro, depois como caseiro na Vila dos Cabanos, e finalmente fichou (conseguiu emprego), na área da CDP em serviços gerais, enquanto sua mãe trabalhava em casa. Cleia se casou com Sergio dos Santos Leal, neto de Benvinda Monteiro, do Curuperé, onde atualmente reside em área próxima a uma das bacias da empresa Imerys. Na ocasião da entrevista, ao final da tarde, ambos estavam se preparando para se deslocar de barco até a região do Arrozal, município de Barcarena, para pescar camarão utilizando o matapi, utensílio tradicional. Cleia disse que eles não “botam matapi” nos igarapés da região onde vivem devido à poluição.¹⁰

8 “Para que o reconhecimento de direitos seja efetivo, é necessário que, ao contrário do que prejudica o essencialismo, a descrição das comunidades e povos ditos tradicionais seja baseada em pesquisa capaz de compreender os modos de ser e de se regular adotados por esses grupos distintos”. BRASIL, Ministério Público Federal. Grabner, M.L. (coord.). **Territórios de Povos e Comunidade Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral. Alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais.** Brasília: 6ªCCR/MPF, 2014, Série Manual de Atuação, nº 1, pp. 93-94.

9 Em relação à formação do bairro Laranjal, no núcleo urbano de Barcarena, assim comenta Edila Arnaud Ferreira Moura: “A migração, que sempre fez parte da lógica camponessa, através da migração de membros do grupo doméstico para assegurar as condições de posse da terra (SIGAUD, 1988, PINTO, 1983) apresenta-se agora pela imposição das condições de vida no Laranjal, como a necessidade de um deslocamento de todo o grupo doméstico para assegurar a sobrevivência em outro local” MOURA, E.A.F. **op. cit.**, 220.

10 Entrevista realizada no Curuperé, em 19/05/2016.

Outro exemplo é o de Lucenildo Gomes de Almeida, natural de Morada Nova-CE. Filho de pais agricultores, teve uma vida de muitas atividades diversas: vaqueiro, ajudante de pedreiro, garimpeiro, até chegar em Vila do Conde e trabalhar nas empresas da região. Casou-se com Marta Rodrigues de Almeida, nativa de Montanha, e vive no Canaã, para onde foram deslocadas as famílias de Montanha, por meio de processo que será tratado adiante. Lucenildo trabalhou na terra, teve criação de galinhas, montou um comércio, mas atualmente trabalha na pesca, atividade que sempre caracterizou o grupo de origem de sua esposa.¹¹

A base territorial de existência dos grupos sociais em questão tem sido profundamente alterada desde a implantação do complexo Albrás/Alunorte no final da década de 1970, passando pela chegada de outras empresas no chamado Distrito Industrial nas décadas seguintes, até o contexto atual de discussão sobre os destinos da população na área objeto do TAC de 2015. Ao mesmo tempo, alterou-se todo um conjunto de relações ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, componentes de um modo de vida peculiar, originado ao longo de séculos desde o início da colonização portuguesa na região. Mesmo diante de uma correlação de forças extremamente desigual, estes grupos sociais tradicionais protagonizam uma luta cotidiana pela manutenção deste modo de vida e dos valores que lhe dão sentido, em meio a outros agentes sociais e seus interesses diversos (migrantes, órgãos de Estado, empresas, etc). Percorrer a área do Distrito Industrial hoje, com suas estradas e ramais, muros altos e galpões, o barulho das máquinas e caminhões, a fumaça dos empreendimentos disputando espaço com os sítios, os igarapés e rios, as matas, roças e quintais, é testemunhar in loco o desenrolar de processos sociais específicos que pretendo abordar nas páginas seguintes.

A presente seção do Laudo visa delinear os contornos destes processos sociais, para proceder à caracterização dos grupos sociais nativos dos rios e igarapés Curuperé, Acuí, Arienga, Pramajó, Maricá e Dendê, e acompanhar as formas pelas quais estes grupos estão se relacionando com seus territórios, os conflitos socioambientais e as lutas para a sobrevivência das famílias.

As subseções dedicadas à caracterização dos grupos abordarão: 2.1) as relações destes com Vila do Conde, sua importância histórica e fator de identidade cultural; 2.2) os sítios como unidades de produção tradicional, as práticas, técnicas e redes econômicas; 2.3) a organização social dos grupos, a formação das famílias tradicionais ao longo dos rios e os mecanismos de admissão de novos integrantes, e o colapso do regime fundiário tradicional; 2.4) um panorama da era dos conflitos socioambientais, das lutas dos grupos para manter seu território e seu modo de vida, e finalmente, 2.5) a formação de Canaã e Bairro Industrial e o papel que os grupos tradicionais tiveram em ambos os processos.

¹¹Entrevista realizada no Canaã, em 18/05/2016.

2.1. Vila do Conde e a memória dos Murtigura

Nas entrevistas concedidas pelos interlocutores tradicionais durante o trabalho de campo, era comum se referirem como sendo “da Vila do Conde”, ou “do Conde”, mesmo tendo nascido na região adjacente aos limites da vila de mesmo nome. Longe de ser mera imprecisão geográfica ou de expressar somente a condição atual de moradia enquanto expropriados das áreas onde viveram seus pais e avós décadas atrás, a alusão à Vila do Conde traduz um pertencimento que remete tanto a uma longa trajetória histórica como à identidade cultural dos grupos sociais tradicionais da região em foco.

O sr. Nozor Carlos dos Santos, do Curuperé, nos contou a seguinte história:

Meu pai falava que era isso, que os primeiros habitantes foram os frades jesuítas que vieram naquela época da guerra, eram refugiados. Então eles foram todos espalhados, Bragança, Vigia, que foi a primeira cidade antes de Belém, depois surgiu Belém. E esse caras vieram pra cá, eles vinham de caravela e aí eles se encostaram nessa beirada e ficaram, daí montaram o Conde. [depois o que aconteceu com eles?] Esse Conde morreu, o pessoal fala que tem um túmulo nesse cemitério que é dele. Os outros tiveram que sair fora de novo, porque a Marinha, os fuzileiros botaram eles daí. [o que aconteceu com essa área toda aqui?] Aí foi habitada por esse pessoal que já estavam chegando na área, que tomou conta desses sítios. Foi essas famílias aqui mesmo. Somos descendentes dos pais, dos donos mesmo, dos antigão, isso aí tudo é o pessoal mais novo. Os velhos já morreram quase tudo. (Nozor Carlos dos Santos, Curuperé, 17/05/2016).

A história narrada estabelece uma relação entre a fundação da vila, marco do início da colonização da região, a a trajetória de ocupação das famílias ancestrais dos grupos tradicionais em foco. É possível considerar que a citação representa, em poucas palavras, um mito de origem dos grupos, ao sinalizar momentos significativos, como a chegada dos jesuítas para a fundação do núcleo colonizador; e o momento da constituição dos grupos tradicionais e seu processo de fixação nas áreas dos rios e igarapés da região adjacente ao núcleo colonizador.

Mas os jesuítas não encontraram o lugar deserto. Quem eram estes grupos tradicionais e como se formaram? O professor Roberto, também do Curuperé, contou mais detalhes dessa trajetória:

Meu pai era o sr. Alfredo, aí eu pego a certidão do meu pai, meu pai nasceu em 1919. Aí cada um pensa no seu pai aqui: “meu pai nasceu no ano tal...”. Então como que eu provo? 1919 foi registrado no cartório da Vila do Conde, 1919. Quem era o pai do meu pai? Seu Romualdo, aí pega, eu tenho a identidade dele, ele nasceu em 1902, isso quer dizer, só até o meu avô, nós já estamos aqui há 114 anos, não é? Exatamente. Não tenho título de posse, mas os documentos da minha família provam isso. Se eu quiser eu vou pegar o documento do pai do seu Romualdo, nós vamos atrás buscar isso aqui, aí

vai remeter a 1800, e a nossa história nós vamos buscando até chegar nos murtiguras. Tem um ou outros que tem vergonha de dizer, nós descendemos dos indígenas, não temos que ter vergonha, e nós podemos dizer nós somos indígenas porque os murtiguras, em 1953, quando foi inaugurada aquela igreja lá em Vila do Conde, foi inaugurada pelo padre José Delgard, dia 4 de março de 1953, aquela pessoa que está morando, os índios murtiguras, eles são a nossa família, entendeu? Eles são os nossos avós. Nós temos que respeitar isso e valorizar isso. Aí vieram os Aruãs do Marajó, foram trazidos pra cá porque a missão dos Murtiguras era uma das cinco maiores missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Aí estão os murtiguras qui espalhados. Aqui tinha murtigura morando, ali no Canaã, na Montanha, espalhados em toda essa região tinham milhares de murtiguras (Roberto Carlos Dias Anjos, Curuperé, 17/05/2016).

A citação é importante pois vincula fatos históricos de destaque da região à história íntima das famílias que compõem o Curuperé. A memória da origem indígena, especificamente dos murtiguras, ainda está presente não só no Curuperé como nos demais grupos sociais tradicionais em questão. Trata-se de uma memória que atravessou o momento inicial da colonização e persistiu ao longo dos séculos seguintes passando, no século XIX, pela era das grandes revoltas populares denominadas posteriormente de Cabanagem, e prosseguindo até a memória genealógica mais distante, alcançada pelos mais idosos e preservada nas famílias tradicionais hoje. As citações seguintes, ouvidas durante o trabalho de campo, demonstram a persistência dessa memória:

Aqui propriamente na localidade do Curuperé, não há deslocamento pessoas de uma região pra cá, como eu disse pra você, porque eles vão ser, na verdade, originários dos murtiguras com essa junção com os portugueses, com os indígenas, essas famílias vão sendo formadas a partir dessas junções. (Roberto Carlos Dias Anjos, Curuperé, 17/05/2016).

Na verdade, como eu falei pra você, a região toda ela era habitada pelos indígenas, toda, então houve essa mistura. Aqui no Arienga, se você vai no arienga tinha os murtiguras, então quando chega o português, chegam os outros indígenas, eles vão se juntando com essas pessoas nessas localidades (Roberto Carlos Dias Anjos, Curuperé, 17/05/2016).

Olha, aqui nós somos descendentes de índio, ali era uma tribo. Antes de nós tinham os mandões aí na terra, tinha uns brabos que mandavam bater e tudo o mais. Então nós éramos descendentes de índios. Esses índios, que ainda se falam neles, o nome da tribo daqui era murtiguras (Gregório dos Anjos Dias, localidade Torre, Arienga, 23/05/2016).

Porque o meu pai falava e eu escutava que isso aqui no tempo do pai do meu pai, isso aqui era uma aldeia de índio, agora não sei em que ano. Isso aqui era uma aldeia de índio, então por isso que todos nós temos descendência de índio, por isso (Eduardo, Maricá, 19/05/2016).

Vou dizer o que o sr. quer saber, a expansão da comunidade. Eu não sou daqui, eu tô agrupado aqui, mas eu não sou daqui, eu cheguei aqui em 1960. Casei com uma murtigura, eu acredito que eles são murtiguras (Raimundo Neves Mendes (Baiúca), Acuí, 24/05/2016).

Eu meu lembro que ela [a mãe do interlocutor] era descendente de índio mesmo, e continuava a atuar na cultura dessa época que era a lavoura, essas coisas, e também era assistente de senhoras quando no momento delicado de dar a luz uma vida (Manoel Mourão, Dom Manoel, 01/06/2016).

As citações acima compõem um mosaico, em que parte das peças ainda está por ser pesquisada, não só na própria memória oral como nas fontes documentais existentes, arquivos eclesiásticos, públicos e privados, trabalho que vai além dos propósitos deste Laudo. Não obstante, é oportuno destacar o valor atribuído à descendência indígena pelos grupos em foco, seja pela consciência de sua origem, seja como modelo de bem viver e modo de vida profundamente imbricado com seus territórios. Em meio aos conflitos socioambientais ocasionados pela implantação de grandes empreendimentos, a identidade cultural indígena tem se tornado cada vez mais um fator de mobilização pela defesa de seus direitos.¹²

Além de referência histórica e cultural, a Vila do Conde sempre representou importante entreposto comercial e de serviços para os grupos sociais tradicionais. Como veremos adiante, a vila era um dos pontos de uma rede de relações econômicas que incluía o Marajó, Belém e outros locais mais distantes. Nas últimas décadas, com o avanço das empresas em seus territórios tradicionais, muitas famílias tiveram que sair de seus *sítios* e morar em Vila do Conde, de maneira permanente ou temporária, nos casos em que se deslocaram para outras áreas na região.

2.2. Os *sítios* como unidades de produção

Nos relatos ouvidos no trabalho de campo percebe-se o contraste entre a nostalgia de um tempo de fartura no passado, exemplificado pelo acesso mais livre aos recursos naturais e maior autonomia nas condições de existência, e o lamento de um tempo de privações no presente, com a chegada das empresas, trazendo expropriações, deslocamentos forçados e restrições territoriais.

As descrições dos interlocutores das famílias tradicionais acerca do cotidiano vivido por seus pais e avós - e no qual cresceram e se desenvolveram como adultos - apontam para a configuração de um campesinato tipicamente amazônico, caracterizado pela agricultura na floresta (coivara ou corte e queima) por meio das *roças*, consorciada com atividades de caça, pesca e extrativismo vegetal, e cuja organização é baseada no trabalho familiar. Ao mesmo tempo, ao lado das atividades agroextrativistas, os grupos sempre conviveram com situações de assalariamento de alguns de seus integrantes, mesmo antes do período das empresas, seja no caso de filhos homens saindo para trabalhar nos centros urbanos regionais,

12 Em Barcarena há o exemplo de comunidades na região do rio Murucupi, que estão buscando o reconhecimento de seus territórios tradicionais junto à Fundação Cultural Palmares.

seja no caso de filhas mulheres enviadas para trabalhar em casas de família, experiência ainda comum em todo o país.

Em consonância com a literatura especializada sobre os grupos sociais impactados pelos empreendimentos em Barcarena, os relatos dos interlocutores remetem à configuração dos chamados sítios, unidades de produção familiar dispersos nos vários rios e igarapés da região. Além das moradias, os sítios abrangem os quintais com árvores frutíferas, plantações de ervas medicinais e criações de pequenos animais; as roças, notadamente de mandioca, milho e arroz; as casas de farinha, produção típica dos grupos em foco, e também os fornos de carvão, importante atividade tradicional que nos últimos anos tem diminuído com o reforço na aplicação de leis ambientais. Ao descreverem as relações de trabalho, enfatizam a participação de famílias e vizinhos em sistemas de trocas, chamados *juntada*, bem como o uso comum dos rios e áreas de caça e extrativismo. Ao mesmo tempo, ressaltam a posse familiar dos sítios, transmitidos por herança.

Quando eu me entendi, eu tinha mais ou menos uns 18, 17 anos, foi no ano de 1955, que eu me entendi, nós íamos aqui, vivíamos da pesca, da caça, meus pais criavam galinha, criavam porcos, criavam peru, patos, e trabalhavam na roça, faziam carvão, faziam roça, e na roça eles plantavam arroz, milho, todo tipo de verdura, legumes que podiam plantar eles plantavam, e também a gente vivia das frutas, a castanha, pupunha, tinha muita pupunha (Luiza Monteiro, Curupeté, 17/05/2016).

Um lugar que não gostaria de deixar porque foi onde nos criamos, onde nascemos, nos criamos com toda liberdade, com toda boa vontade, com todo o lazer. Prazer, porque lazer nao tinha, acho que o lazer que tinha aqui era a roça. Roça, forno de carvão, pescar no igarapé, comer sarará, caramu, juruá, comer peixe, saracura, mutum arancua, tucano paca, porco, cutia, mucura guaxinim, todos esses bichos eram o alimento nosso, a gente se sentia saudavel, se sentia com toda a liberdade. (Antonio Monteiro Neto, Curupeté, 17/05/2016).

Essas famílias moravam na beira do Arienga, que era fonte de transporte. Viviam de mandioca, milho, arroz, plantavam, e como não tinha a PA, saía essa mercadoria pelo rio, pelo Arienga. Como não existia essa PA aqui, a fonte de saída era através do Arienga, o Arienga era fonte de alimento dos moradores através dos peixes. Eles pescavam, tinha bastante peixe, hoje você não vê mais. Meu avô trabalhava na mandioca, farinha, pupunha, ele exportava isso pra Belém, numa canoazinha que eles tinham. Todas essas coisas eles produziam aí. O impacto em relação a moradia, igarapé e plantação foi o impacto da poluição (Oziel, Arienga, 23/05/2016).

A gente chegou pra morar aqui há muito tempo atrás, porque essa área que nós moramos era de parentes antigos, tipo herança. Como ela não tava produzindo, tava abandonada, então a mãe veio pra trabalhar nela, aí o que aconteceu, de lá os irmãos foram formando família e cada um tem o seu sítio, o seu caminho. Então o ramal do Caju é só parente, filhos, sobrinhos, então ficou assim (Rizete Medeiros, Maricá, 19/05/2016).

Nessa época não existia nenhuma empresa aqui nessa área, o serviço era roça. Fazia roça com meu coroa, vendia carvão, tinha forno pra fazer carvão pra gente vender, e o nosso trabalho era só isso, e a pesca também. Eu também sou pescador, aí quando parava um pouquinho o serviço na terra tinha que pegar a canoa, não carecia nem de ir pra fora, eu descia aqui no rio rapidinho, puxava o paneiro, já tinha o paneiro, quando chegava aqui já puxava cheinho de peixe, era muito rápido, dentro desses poços aqui. E ia me embora, pra ir pra casa. Aí chegava lá, fazia a comida e depois da comida o roçado de novo, porque não tinha outra solução, era só roça mesmo, não tinha emprego, não tinha nada. (Emercindo, Ilha São João, 19/05/2016),

É importante indicar o modo como os grupos se relacionam com o resultado de sua produção agroextrativista. Além de seu valor como produtos de subsistência e de comercialização para obtenção de outros produtos, industrializados por exemplo, também possuem valor afetivo de referência da ocupação territorial dos grupos na região. Isso pôde ser demonstrado pelos interlocutores quando apontavam alguma árvore frutífera plantada por integrantes antigos das famílias, quando lembravam com orgulho de suas lavouras bem-sucedidas e do modo como ofereciam generosamente seus frutos aos vizinhos, e quando relataram, com indignação, nos recentes embates com técnicos envolvidos nas negociações de indenização, os esforços para provar que certas árvores não eram produto da natureza, e sim plantadas por seus antepassados.

Meu sogro morava bem aqui, aonde tem o, o Antonio Maria sabe, o Tião sabe, aonde tem esse manguieirão aqui, era aí que era o terreno dele (Moisés Santa Rosa do Rosário, Dom Manoel, 01/06/2016).

Meu pai tinha um cafezal, que meu filho acabou de falar. Aquele cafezal dele, toda safra de café que dava sempre nós ensacávamos, de 10, 15, 20 sacas de café, só pra consumo, e os vizinhos eram que iam comprar o café, trocar com farinha, trocar com fruta, não que nós tivéssemos necessidade de fruta, porque nós não tínhamos, mas nós olhávamos a necessidade das pessoas que iam lá, levar farinha pra trocar com café, porque sempre meu pai doava café para aquele povo que precisava. Quer dizer que a maior produção do meu pai era o café, que ele auxiliava aquele povo vizinho ali. (Teófilo Dias Rodrigues, Nova Vida, 20/05/2016).

Não há uma indenização coerente, conveniente, de valor porque foi plantado assim, não tá na técnica, então isso não tem valor nenhum pra eles [os técnicos], o passarinho veio, fez lá o que tinha que fazer e grelou, então nós não tínhamos essa técnica de plantio, de plantação. Tudo isso eles tentam tirar da gente (Maria de Fátima Dias dos Anjos, Curuperé, 17/05/2016).

Os relatos da infância dos interlocutores mostram de maneira minuciosa o modo como, desde cedo, seus pais os envolviam nas atividades produtivas, caracterizadas pelo consórcio entre roça, pesca, extrativismo, caça e produção de carvão.

Porque a gente no interior, os pais da gente nunca passaram a mão na nossa cabeça. O menino com 10 anos já ajudava os pais a trabalhar. Aqui no

Curuperé tinha uma rotina. Às 6h da manhã levantava de onde durmia, tomava o café, na mesa não tinha pão, que era difícil, mas nós tínhamos farinha de tapioca, tinha cará, outras coisas que a gente tirava da terra pra comer. E botava o pé nessa estrada aí, lá pro colégio Batista Campos, 2 km daqui até lá, e eu tinha que estar às 7h lá, atrasado não entrava. Saía daqui às 6h a pé lá pra Vila do Conde pra estudar. Às 11h saía, e pé na estrada nesse caminho aí, chegava em casa, tirava a farda do colégio, botava pra lá e vestia outra roupa pra ir pra casa de farinha, tava lá o monturo de mandioca pra trabalhar. Era assim que era. Às 4h horas da tarde, não era preciso meu pai me chamando, às 4h saía pra tirar o açaí, muito açaí. Tirava açaí, a gente usava um paneiro grande, colocava umas pernas, chamava tura, pra encher de açaí, e já ia pro Igarapé, pra colocar na água pra pegar o camarão. deixava lá à noite, o matapi ficava lá, e já vinha banhado, tomava banho no rio, água boa (Orlandino Correa Monteiro, Curuperé, 17/05/2016).

No percurso para exercer as diferentes atividades, os interlocutores transitavam por diferentes espaços (matas, rios, Igarapés), adquirindo os conhecimentos ambientais necessários para a ocupação do território de suas famílias. A literatura sobre os grupos da região chega a apontar certa complementaridade entre grupos ocupantes da costa do rio Pará, mais dedicados à pesca em alto mar, que influencia o ambiente em foco pela ação das marés, e grupos mais ao interior, especializados na roça e na pesca nos rios e Igarapés. Mesmo não havendo distinção tão rígida, é possível identificar certos traços de especialização entre os ambientes nas falas dos interlocutores:

O Monteiro já herdei do meu marido. Nós somos assim, ele é da linhagem de pescador, lá do Conde, e eu de agricultor. Só que aí a gente casou e eu puxei ele pra terra, ele não me levou pro mar (risos) (Cleide Maria Goes Monteiro, Arienga, 23/05/2016).

Meu marido pescava, era pescador. Ele botava matapi na água, a gente fazia matapi, botava na água pra pegar camarão. Lá nós vivíamos da pesca, do camarão, dessas coisas a gente vivia. Lá tinha pouca roça, porque a família era pouca, não dava pra fazer trabalho muito grande. A gente vivia lá, mas vivia lá e aqui com meu pai. Eu trabalhava com meu pai na farinha, aí eu levava farinha pra lá, trabalhava na pesca lá e eu vinha pra cá pra trabalhar em farinha com ele (Maria, Acuí, 24/05/2016).

Eles [os avós] viviam de pescaria, da parte do meu pai era pescador, e da minha avó, trabalhava em negócio de lavoura, negócio de roça. Meu pai ia pescar, passava mais de mês nessa baía aí, e minha mãe ficava em casa, trabalhava com farinha, fazendo farinha (Marilza dos Santos, Bairro Industrial, 30/05/2016).

Um exemplo da relevância do conhecimento dos grupos sobre o ambiente pode ser encontrado no relato de um habitante de Montanha, antigo grupo de famílias tradicionais que foi expropriado de seu local de ocupação para a construção do porto da empresa Pará Pigmentos SA (PPSA), hoje Imerys, e que teve que se deslocar para uma área na região do

Curuperé. O interlocutor assim descreve as dificuldades de adaptação:

Na beira da praia a situação era uma, nós dependíamos da maré pra poder pescar. Se a maré baixava, botava o barco pra fora. A gente dizia assim: "botar o barco pra fora" era tirar da beira da praia da onde ele dormia e colocava lá onde não secasse, pra poder trabalhar na maré baixa. A maré baixou, o barco já tá lá fora, entao pula na água, vai, pega o barco e vai embora pescar. No Curuperé a gente precisava sair na maré alta, porque o igarapé tem a boca seca, seca a boca do igarapé, entao quem durmisse demais nao pescava, ficavam presos (Daniel Fernandes Rodrigues, Nova Vida, 20/05/2016).

Nós saíamos conforme a maré, por exemplo, nós trabalhávamos com linha estacada. O que é linha estacada: é com ancora lá fora, maré de pacuema, 6 h da manhã tem que estar na arrumagem da linha, pra puxar a linha, a gente marca, não erra de rumo. [No Curuperé] O que acontece, nós tínhamos que sair às 8h da noite, 7h, com maré grande, como meu filho tá falando, o barco fundiava lá fora, entendeu? Quer dizer que era uma vida muito sacrificada. Na Montanha não, nós fundiávamos a canoa lá fora, e ficava, quando era de manhã, a gente ia, atravessava a nado e ia lá pra canoa, entendeu? E no Curuperé ficava tudo preso (Teófilo Dias Rodrigues, Nova Vida, 20/05/2016).

Os relatos acima, referentes às dificuldades de adaptação e às estratégias para contornar a situação e continuar com suas práticas de pesca, demonstram o desenvolvimento de um complexo conjunto de saberes específicos acerca do território ocupado há gerações. Outro exemplo da aplicação destes saberes pode ser encontrado na citação a seguir, em que uma interlocutora do Acuí descreve a relação entre a maré e o comportamento de certas caças, como a ave inambu:

Tinha muita caça, meu pai matava. meu pai descia daqui pra ali, pegava a espingarda dele, disparava e vinha ver já era paca, muita caça. Hoje em dia nao tem mais nada disso, acabou. Se der, é bem pouco. Tinha um passaro que chamava inambu. Meu pai, quando a maré era grande, que a maré crescia, eles tavam baixinho, assim, ele ia com a espingarda e uma poronga, e matava bem logo aí tudinho. Quando a maré crescia eles ficavam muito alto, quando a maré quebrava eles ficavam em cima, alto, não dava pra chegar o foco da poronga (Maria, Acuí, 24/05/2016).

Os relatos ouvidos em campo apontam a ocorrência de diversas atividades produtivas, utilizando diferentes pontos do território, conforme explicado na citação a seguir, de uma interlocutora do Curuperé:

Eles trabalhavam na roça. Quando tava muito tumultuado, faltava alimento, ele ia caçar. Botava uma caça e ficava aquele alimento ali por uns dois dias. Aí falhava, ele ia pro igarapé. Ele tinha o material do igarapé, que era pari, matapi, ele fazia aquele panos de pari pra cercar o igarapé, e quando tava ruim ele ia pro mar. Nesse tempo ele usava espinhel, nao tinha rede ainda. Ele sempre tinha, hoje em dia chamam de barco, mas naquela epoca era reboque, ele tinha reboque e às vezes se juntava com meu tio. A gente era muito unido e um respeitava o outro (Luiza Monteiro, Curuperé, 17/05/2016).

Outro elemento característico do grau de conhecimento dos grupos sobre o ambiente reside na maneira como descreveram o conjunto de técnicas para o fabrico de diversos instrumentos de trabalho e utensílios variados para uso entre as famílias. De um lado, a lembrança de um tempo em que não precisavam de tantos utensílios produzidos de forma industrializada; de outro, o sentimento de perda deste conhecimento entre os mais jovens, apesar dos esforços pela sua preservação, dificultados pelos impactos ambientais e restrições territoriais que incidem sobre o local:

Minha avó fazia cachimbo, alguidar e torrador pra fazer o beiju. Hoje pegam a frigideira pra fazer um beiju. A tapioca, não tinha como sacudir a tapioca, hoje em dia faz assim, joga ela pra cima e cai. O artesanato do barro era muito útil aqui pra nós, pra nossa comunidade, porque era onde fazia panela pra gente cozinhar, não tinha como hoje tem, pra comprar (Marcelino Ribeiro Monteiro, 17/05/2016).

Quem conheceu meu pai sabia que ele era trabalhava com artesanato. Meu pai fazia peneira, tipiti, fazia o trabalho dele, da onde ele tirava o sustento dele. Pessoas faziam farinha e encomendavam o tipiti, encomendavam a peneira e ele fazia tudo aquilo. Ele fazia coisas muito lindas, ele era um verdadeiro índio, o meu pai (Maria de Fátima Dias dos Anjos, Curupeté, 17/05/2016).

Isso tem muito a ver com a perda da terra, porque as pessoas não veem muita necessidade hoje de fazer paneiro, de fazer aturá, tipiti, porque já não tem a terra pra ele plantar, então não têm muita necessidade disso. A gente olha, por exemplo, eu sonho em fazer, alguém fazer uma oficina, pra ensinar pra esses jovens a fazer pra não se perder a nossa cultura (Roberto Carlos Dias dos Anjos, Curupeté, 17/07/2016).

[Descrição do matapi] O matapi é o seguinte, porque aqui nas florestas, tem umas árvores que chamam bacabeira, bacaba, é a árvore da bacaba. Quando ela pequena assim, você tira a tala dela, tira do jupati também, se quiser, quando tem, aí você vai na floresta, tira um cipó, que dá na árvore, nas matas, a gente chama cipó titica, botava aquela tala pra secar, depois de seca, limpava ela toda e tecia, a gente faz o matapi por aqui assim, Primeiro a gente tece o pano dele, depois fecha, mete um roda de cipó, prepara tudo, é o matapi. Aquilo que é o pari pra pegar o camarão. Aí você coloca a isca lá (Orlandino Correa Monteiro, Curupeté, 17/05/2016).

[Descrição do pari] Tem uma tala que extraem de uma árvore chamada jupati, aqui nessa região não tem, vem do Marajó, aqui nas ilhas de Barcarena também tem. Tira as talas, mais ou menos 2,5m, 3m de comprimento, põe pra secar, aponta elas, e tece aqueles panos. Tira aquele cipó, cipó titica, cipó açu também, aí tece aqueles panos de 4m de comprimento. A maré tá seca, tem esse igarapé aqui, vamos cercar esse igarapé? Vamos. Aí vai lá com a maré seca, põe um monte de folhas desse lado, um monte de folhas do outro lado, que é pro peixe não escapar por lá, veda bacana, aí bota umas estacas, umas varas em pé, bota o pari num lado e no outro, aí espera a maré crescer. Maré cresceu, ela parou de encher, bora. Cai na água e traz assim de lá, amarra nas varas e fica só esperando, aí fica

lá vigiando pro peso da maré nao romper aquela tapagem, que é feita com o pari. Aí vai, espera a maré secar, a maré secou, ele vai lá no pé do pari, tira os peixes que têm lá, os que não tão lá, tão tudo acumulado nos poços lá pra cima (Valdemar Ribeiro, Curuperé, 17/05/2016).

Nos trabalhos de campo em Acuí, destacou-se o relato de Francisco Borges dos Santos, considerado pelos habitantes um importante artesão, que junto com os demais descreveu uma série de instrumentos utilizados tradicionalmente pelas famílias. O conhecimento detalhado sobre o ambiente e dos recursos naturais e o uso de técnicas tradicionais para o fabrico de seus instrumentos de trabalho possibilitavam a produção das famílias, que se destinava tanto ao próprio consumo quanto à comercialização nos mercados locais e regionais. No Curuperé, por exemplo, os interlocutores indicaram a existência de redes de comércio com o Marajó. Já na região do Arienga, os relatos ouvidos permitem delinear, no passado, um contexto de relações econômicas dos diversos povoados ao longo do rio:

2.3. A organização social tradicional: “não tinha esse negócio de comunidade”

Nos relatos dos interlocutores, é comum diferenciarem 2 (dois) tempos. De um lado, o tempo atual, o da *comunidade*, caracterizado pela maior concentração de habitações num mesmo local, por uma estrutura mais formalizada referente a demandas ao poder público e às empresas, e pela formação de associações, com a definição de papéis de natureza política por meio da escolha das chamadas *lideranças*. De outro, o tempo passado, *quando não havia estradas e era tudo caminho*, quando os grupos familiares viviam mais dispersos entre si ao longo dos cursos d'água, cabendo aos chefes das famílias a regulação, no plano local, do acesso e uso das terras e recursos naturais disponíveis.¹³

A agricultura na floresta consistia na derrubada e posterior queimada do campo aberto, depois da qual se realizava a plantação. Encerrado o período de fertilidade provocado pelo fogo, deixavam este campo repousar e abriam novas áreas, até retornar alguns anos depois ao campo inicialmente aberto. Este sistema dependia da disponibilidade de terras livres, e uma mostra da vitalidade dos grupos era a capacidade de mobilizar parentes e vizinhos para abrir novas áreas, mais distantes. Além das roças, o sistema abrangia também a produção de carvão com base no material vegetal resultante, outra atividade característica que

13 É oportuno destacar, contudo, que o tempo anterior também possuía seus conflitos específicos, como lembra Marcel Hazeu: “Naquela época, as terras não eram tão livres, pois havia donos, herdeiros das sesmarias ou posseiros mais recentes, desde a própria igreja católica até comerciantes, a quem os habitantes pagavam taxas, arrendando as terras ou simplesmente ocupavam sob a permissão dos chamados donos” HAZEU, M.T., **op. Cit.**, pp. 93-94.

marca a ocupação dos grupos tradicionais na região.¹⁴

Os relatos ouvidos destacam o sentimento de solidariedade entre os grupos familiares, demonstrado tanto pela organização do trabalho, nas *juntadas*, relações de reciprocidade na execução das atividades produtivas, como pela organização de festividades reunindo grupos provenientes de outras partes do território.

Se no plano local a autoridade era exercida pelos *antigos*, os chefes das famílias, responsáveis por regular os ritmos da produção, o acesso aos recursos naturais, a organização do trabalho e as trocas com outros grupos, era da igreja católica a propriedade formal das terras, identificadas como *patrimônio de São João Batista*. Nos relatos em campo, era comum a menção a duas figuras, o fabriqueiro, responsável pela chamada Fábrica, a administração financeira da Prelazia, e o coletor municipal, que recebiam o pagamento para legitimar a continuidade do uso das terras.

Essas terras aqui eram antigamente documentadas de água a água. Aqui o Acuí, aqui o São Joaquim, daqui pra ali já era outro dono, dali do outro igarapé já era outro dono, assim que era. Dava tantas famílias dentro de uma área de terra, ficava um só com o documento, que eu sei lá o que que foi isso. Agora quando chegava a época de pagar, eu ia com essa, com esse, com esse, com esse, com esse aqui, cada um dava uma pontinha pra ir pagar na Coletoria em Barcarena (Joana Ramos Dias, Acuí, 24/05/2016).

Esse sistema de relações se rompe na década de 1970, com a entrada das empresas na região. Além das intervenções sobre o território tradicional dos grupos, assunto que será tratado mais adiante no Laudo, este período também significará transformações na própria composição dos grupos, por meio da entrada de novos integrantes.

Com em qualquer outro grupo humano, a continuidade das famílias depende da capacidade de incorporação de novos membros no interior das redes de parentesco. Os interlocutores costumam chamar de *agregados* a estes indivíduos de fora que se tornam aparentados. A literatura sobre o campesinato local aponta o costume dos pais em dividir as terras após o casamento dos filhos, para que estes construam suas moradias ao redor da casa de seus pais, mantendo o controle do grupo sobre o território.¹⁵ Nos trabalhos de campo pude acompanhar vários relatos de pessoas que, ao se casar, foram morar em terrenos próximos aos dos pais de seus cônjuges.

14 A economia do carvão e sua importância para os grupos tradicionais no Pará recebeu item específico no relatório da equipe do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia sobre a comunidade São Lourenço: ACEVEDO MARIN, R.E. & MAIA, R.O.M. **Terra tradicionalmente ocupada de São Lourenço: direitos de descendentes indígenas Gibrié e de Manoel Joaquim dos Santos, Barcarena-PA**, Belém, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, NAEA/UFPA, 2015, pp.50-53.

15 SOUZA, W.C.A. **Vinte e cinco anos depois: Efeitos sociais do Projeto ALBRÁS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena-Pará)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006, p. 87.

Um exemplo do choque entre as concepções nativas sobre a constituição das novas famílias e os cerceamentos causados pelas empresas pode ser observado na história do segundo deslocamento das famílias de Montanha, expropriadas para construção do porto da PPSA, que saíram de Curupéré e foram para Nova Vida. Nas negociações referentes à transferência para a localidade de destino, envolvendo a construção de casas e da infraestrutura, a empresa considerou apenas as famílias constituídas à época da retirada de Montanha, recusando-se a atender as uniões conjugais surgidas na geração posterior, que incluíam os *agregados* em relação às famílias originais.¹⁶ Os conflitos relacionados ao caso ajudam a compreender a formação do Canaã, assunto a ser tratado mais adiante.

Além dos agregados, tanto cônjuges vindos de outros locais como eventuais parentes mais distantes, outra forma de ingresso de novos integrantes se constituiu à medida que as terras de herança foram se dividindo, por meio da venda de lotes. Mesmo não pertencendo às redes de parentesco dos antigos, esses novos moradores passaram a estabelecer relações com os habitantes tradicionais, inclusive participando das associações comunitárias. Esta dinâmica se mostrou mais evidente nos trabalhos de campo em Maricá, Ilha São João, Pramajó/Peteca e Dom Manoel.

Estes novos moradores, por sua vez, são provenientes de dois processos específicos: 1) a entrada de pessoas oriundas de outras localidades de Barcarena, vinculadas a grupos expropriados de seus territórios com a chegada das empresas a partir do final da década de 1970; e 2) a vinda de pessoas de outros municípios paraenses e de outros estados brasileiros, atraídas pelas promessas de empregos surgidas no movimento de instalação das empresas. É preciso ressaltar, contudo, que o modelo proposto para a composição dos grupos somente deve ser compreendido com base no modo como os próprios grupos interpretam tais processos, seus valores, costumes, visão de mundo e trajetória histórica.

Em Curupéré, a trajetória das famílias tradicionais foi apresentada nos relatos de representantes das famílias Monteiro (ou os *Monteirada*, como se referiram), Ribeiro, Coelho, Farias e Leal; seguidos de representantes das famílias Souza e Santos, de representantes das famílias Anjos, Dias e Ferreira, além de representantes das famílias Rodrigues, Angelim, Neves e Coelho.

As terras de Maricá e da vizinha Ilha São João guardam relação com uma das famílias existentes no Curupéré, a dos Anjos. O relato a seguir, de Daniel Fernandes Rodrigues, oriundo de Montanha, localidade hoje extinta, que era próxima a Curupéré, nos conta o histórico de ocupação tradicional no Maricá:

Toda aquela terra que tá o Maricá, pertenceu a essa família: Romualdo, Firmo e Modesto, os três irmaos, eles são os donos legítimos do Maricá.

16 Uma descrição detalhada do caso encontra-se em CARMO, E.D. **O território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos sócio-culturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2010.

Maricá que começa no rio Dendê, e termina na estrada da antiga Pará Pigmentos, então aquilo ali, eles faziam confinância, eram confinantes, da outra família dele, dos outros irmaos, que estavam no Curuperé. Uma área de terra pertencia a família dos Anjos, e encontrando com a família da minha avó, que era já Moreira, uma área contígua de terra abeirando o igarapé. De um lado era da família dos Anjos, que encontrava os irmãos dele da família Moreira, e do outro lado do igarapé, já eram outras famílias (Daniel Fernandes Rodrigues, Nova Vida, 20/05/2016).

Nos trabalhos de campo em Maricá fui apresentado ao filho de Romualdo dos Anjos, o sr. Eduardo Dias dos Anjos, considerado o patriarca da comunidade, nas palavras do presidente da associação, Josias Maciel. O sr. Eduardo nos contou sua história:

Isso aqui pra começar, essas terras, aqui dessa área, veio de meus avós, dos avós ficou pra meus pais, e dos meus pais ficou pra mim, nesse pedaço de chão existo até os dias de hoje (Eduardo, Maricá, 19/05/2016).

Segundo os interlocutores, a comunidade surgiu no momento em que Eduardo doou parte das terras aos filhos, e estes venderam para os novos moradores. Além da família de Eduardo, existem outras famílias que chegaram deslocadas de outros processos de implantação de empresas. Na dinâmica realizada no local, os participantes distinguiram dois grupos de famílias, as extensas (Medeiros, Anjos Dias, Dias Coelho, Santos) e as individuais, referentes a pessoas que chegaram à comunidade mais recentemente.

Um importante momento lembrado pelos interlocutores foi o processo de criação da associação, diante das pressões, tanto das empresas como dos órgãos públicos, no sentido de comprovar sua trajetória no local. Mencionaram episódio em que um funcionário da empresa Usipar teria dito à comunidade que ela não existia. “Hoje quem não existe é ela, a empresa”, disse uma interlocutora. Outro ponto da reunião foi a origem do nome Maricá. Segundo os moradores, o nome surgiu no contexto de audiências em Barcarena a respeito da situação das ocupações, quando era preciso mobilizar e comprovar a presença de famílias tradicionais no local.

O nome Maricá foi conhecido numa audiência pública na Vila dos Cabanos, sobre as ocupações. Liminares estavam tendo em Brasília, teve uma lá na estrada de Barcarena que foi destruída, então o povo se juntava, tanto as áreas de ocupação de Barcarena, não só em Vila do Conde, os ocupadores das áreas, como os tradicionais. Nós fomos pra essa audiência lá, e lá nessa audiência nós tínhamos que apresentar, cada comunidade tinha que apresentar o seu nome, de que origem, porque estavam dizendo que estas comunidades não eram tradicionais, eram tudo ocupações, Curuperé, Marica, Acuí, então nós tínhamos que provar por documento, pegar documento de pessoas nativas, 90 anos, 70 e poucos anos, 100 anos, 90 anos, documentos, cópias e levar. Lá não tínhamos como provar que a nossa fazia parte do Curuperé, mas eles disseram pra nós, que não podíamos, porque existe uma ocupação, no meio, então não pode juntar uma

comunidade lá e outra aqui se tem uma no meio. A origem é nativa, é, então vocês vão correr atrás do documento de vocês, vocês vão ter que declarar ela judicialmente, com documento, como vocês não tem uma associação registrada, isso foi batido na cara do Josias, vocês não são reconhecidos, então vocês vão correr com as pessoas nativas de mais idade, que tem documento de terras, do incra arrecadado, pegam cópias e vão discutir o nome da comunidade de vocês pra ela ser representada no dia da audiência. Então tá aí a Fátima, Esmeralda, eu, dona Francisca, Rai também teve, seu Zé, com sua esposa a dona Felipa, dona Rosa, e também a Rosa e a dona Graça. Então esse grupo de famílias se juntaram, pegaram os cartazes, e levou o nome da nossa comunidade. Como ele é tradicional, o nativo herdeiro de toda essa área, viemos com seu Eduardo, o que o sr acha? Qual o nome que nós deveríamos trazer, indígena, pra nossa comunidade? Aí discutimos: Maricá! O braço Maricá. O Maricá é o nome de um igarapé indígena, então isso foi discutido numa reunião entre essas famílias, porque estava em cima da hora, nós tínhamos somente três dias pra discutir esse assunto e trazer o nome pra nossa comunidade (Margareth, Maricá, 19/05/2016).

Na Ilha São João, às margens do igarapé Dendê, o elemento de ligação com a trajetória das famílias tradicionais consiste na presença de Emercindo dos Anjos, filho de Eduardo dos Anjos e Felizmaria Andrade dos Anjos, considerada a primeira casa da comunidade Maricá. Emercindo casou-se com Maria Madalena Vasconcelos, filha de Francisco de Souza Vasconcelos, que chegou ao local com sua família, na década de 1980, provenientes de Abaetetuba.

Nos trabalhos de campo, presenciei episódio bastante revelador do contexto de conflitos locais potencializados pelo tempo presente, marcado pelas negociações e pela expectativa das indenizações. Durante a dinâmica da oficina em grupo, pessoas de outros pontos do igarapé Dendê compareceram em maior número que as famílias do local. Após a atividade, soube que isso desagradou as famílias da Ilha São João, pois na opinião de um dos moradores, essas pessoas somente estavam interessadas em discutir indenizações para sair do local, enquanto as famílias de Ilha São João, segundo ele, querem permanecer, exercendo suas atividades tradicionais.

Se existem nexos entre os processos de ocupação territorial das famílias em Curupeté, Maricá e Ilha São João, mais próximos a Vila do Conde, os trabalhos de campo revelaram a articulação entre trajetórias de famílias em Arienga, Acuí e Pramajó/Peteca. Em Acuí, a trajetória das famílias no local foi exemplificada nos relatos referentes aos *antigos*, entre os quais João Ramos e Antonia Rodrigues dos Santos, Antonio Rosa Brito e Cordolina Ramos Dias, Sergelino dos Santos e Vitalina dos Santos, cujas histórias se entrelaçam à história da presença das famílias tradicionais na região do Arienga.

Sobre a região do Arienga, os relatos de Elza Ferreira Matias, Joana Ramos Dias, Celso Araújo dos Santos, Gregório dos Anjos Dias, Hilda Ferreira, além dos irmãos de Hilda que moram no Bairro Industrial, João Ferreira dos Santos e Martinha Ferreira dos

Santos, ajudaram na compreensão acerca de como era a vida dos diferentes povoados ao longo do Arienga e seus afluentes, entre os quais o Acuí, suas relações entre si e com outras localidades mais distantes. A situação do Arienga constitui uma realidade bem peculiar em relação às demais localidades visitadas. Na verdade, não se trata de uma comunidade, e sim de um rio que abrange diferentes regiões e povoados, inclusive além dos limites do município de Barcarena. Os interlocutores distinguem regiões como Arienga Rio (beira do rio Arienga até a pista entre Peteca e Abaetetuba), Arienga Centro (vai da pista entre Peteca e Abaetetuba até a pista do Trevo de Moju), e Arienga Estrada (concentra a área na beira da estrada em direção a Moju). Além disso, existem localidades específicas, como São Sebastião, Japiím, Livramento, Torre, Santa Rosa (esta última sendo o foco do levantamento da FUNPEA/UFRA).

Em Pramajó/Peteca, as explicações do próprio grupo acerca da origem do nome da comunidade são importantes indicadores dos processos sociais vividos, o antes e o depois das empresas. Enquanto *Pramajó* se refere ao rio que corre próximo à região, referência ao ambiente tradicional que caracteriza o modo de vida das famílias, *Peteca*, segundo os interlocutores, era o nome de um cabaré na época em que chegaram os migrantes para trabalhar nas empresas, e que desde então passou a nomear a área, onde fica o trevo que interliga as estradas, um posto de gasolina, um pequeno comércio, e os terrenos de várias empresas. Outro nome, mais antigo, também foi lembrado: *campo de São Luís*, local que reunia as famílias tradicionais para os festejos do santo de mesmo nome.

O Pramajó na época, não tinha esse Peteca, era umas três casas de senhores idosos. Então a comunidade lá era São Luís, tinha uma sede de dança, naquela época dancavam muito até o amanhecer do dia. Era São Luís, tinha um campo de futebol São Luís, e o presidente e dono da área era João Paz, era o mandão lá, então conheci eles assim, no mato, bonito, sitios grandes. Depois que surgiu isso aqui, que foi Peteca, isso foi por motivo de boates, botavam os nomes, primeiro que botou aí era tudo de palha, e colocou a placa lá em cima na parede, uma placa de papelão com o nome. Tinha muita mulher que veio do Maranhão, de outros lugares, era só lá que tinha mulher, bonito: Peteca escrito no primeiro barracão, aí todo mundo dizia: “vamo pro Peteca, vamos beber pra lá, lá tem mulher de todo lugar”. Aí virou Peteca, mas lá é Paramajó, mas morreu muita gente aí, até policial morreu aí (Gregório dos Anjos Dias, 23/05/2016).

Os relatos de dona Florência dos Santos Angelim, e seu filho Gabriel Angelim, apresentados pelos demais moradores como os moradores tradicionais do local, permitiram vislumbrar como era a vida no passado, antes da chegada das empresas e dos migrantes.

Quando eles chegaram aqui nessa terra, eles não foram fazer procuração com os moradores velhos, que foram nascidos, criados aqui nessa terra. Eles chegaram aí metendo a cara, sem saber dos donos da terra. (Florência dos Santos Angelim, Pramajó/Peteca, 25/05/2016).

Só era mesmo a turma que era unido, os donos mesmo, porque, por exemplo, eu sou uma família aqui, aí eu já faleço, já vai ficar aquele um ali, uma

família. Nós era tudo unido, eles, meus avós, pai, tio, primo, nós era uma família tudo unido, se precisasse de um serviço qualquer a gente ia lá ajudar, ajudava eles, mas o mais preferido era pro lá de lá mesmo, que era o São Luís, era o santo que tinha, o dono lá, o meu avô, meu tio, faziam festa. Era bonito! Iam buscar já do outro lado, lá da banda do Abaeté pra tocar aí, no tempo da festa dava muita gente, tinha um campo bem largo, batiam bola, matavam boi aí pra fazer a festa, muita gente, que vinha da banda do Arienga, da banda de Beja, da banda do Itupanema, da banda de barcarena, vinha todos pra cá, pra festa. A comida tudo era de graça (Florência dos Santos Angelim, Pramajó/Peteca, 25/05/2016).

Em Dom Manoel, os interlocutores apontaram um conjunto de moradores antigos que já exploravam a área há décadas, anteriormente chamada de Cabeceiras do Curuperé, incluindo pessoas expropriadas durante a implantação da Albrás/Alunorte. Entre os antigos mencionados pelos moradores estão Manoel Mourão, Tomé dos Anjos, Ulisses Baía, Manoel Brandão, João Medeiros, Luzinar e Otacílio da Silva Anjos. Manoel Mourão contou um pouco de sua trajetória:

Eu nasci em 1947, meu pai já morava lá, meu avô construiu família, depois veio a falecer, por sinal morreu com 80 anos. Minha avó morreu com 90, meu pai com 78, minha mae com 105 anos e eu tô com 76, se Deus quiser. Então nessa época a vida era no campo da lavoura, na lavoura, e dessa lavoura tiramos pra manter a família, criação de galinha, pato. Desse trabalho tirávamos pra manter o rancho da casa. Eram quatro tavernas que tinham na Vila do Conde. O carvão a gente fazia, vendia um pouco, em Belém (Manoel Mourão, Dom Manoel, 01/06/2016).

Os relatos de Otacílio, da esposa de João Medeiros, Maria de Medeiros, e da filha de Ulisses Baía, Nicinha Barros Baia, remetem aos processos de perda de suas terras na área de expansão da Albrás, quando então se instalaram definitivamente na área de Dom Manoel, onde eles já exploravam antigamente.

Adevaldo Brandão, filho de Manoel Brandão, contou que no local havia uma serraria clandestina no passado, que teve de fechar devido à fiscalização ambiental, e o dono negociou parte das terras com seu pai, que era funcionário da serraria e ao mesmo tempo exercia suas atividades produtivas tradicionais no local. Adevaldo se casou com a filha de Otacílio, formou família e passou a atuar na formação da comunidade, que no início da década de 2000 passou por um expressivo crescimento populacional, recebendo migrantes atraídos pelo movimento das empresas.

O processo mais recente de ocupação de Dom Manoel foi descrito em detalhes nos relatos de Francisco Borges Teixeira Dias (região do Arienga), Francisco Oliveira Santos, José Luís Vitor de Souza Ribeiro, Jucira Ribeiro, Luis Carlos Ribeiro, Lindomar Costa Silva, José Maria Nai da Silva, Antonia Joseli de Souza, Sebastião Pereira da Cunha, Antonio Maria. Após um momento de intensa atividade comunitária, veio o *momento crítico*, segundo as palavras de Francisco Borges Teixeira Dias: a comunidade, situada em local estratégico, do ponto de vista logístico, à margem da estrada de Vila do Conde, tornou-se alvo de uma

sequência drástica de intervenções das empresas, fazendo-a passar por um processo praticamente irreversível de desterritorialização. Conforme veremos adiante, Dom Manoel se constitui num exemplo cabal dos impactos da era dos conflitos socioambientais.

2.4. A era dos conflitos socioambientais

Se existe algo que une as diferentes situações sociais encontradas – os tradicionais, os agregados e os migrantes, em todas as comunidades visitadas -, é o impacto das empresas nas mais variadas dimensões da vida dos grupos. Os relatos ouvidos em campo expressam o forte sentimento de impotência, desamparo e indignação diante das transformações ocorridas em seus territórios nas últimas décadas.

Tá chegando um ponto de não dar mais. Eu apostar numa outra área pra trabalhar, fazer o quê? Força não tenho mais, capital não tenho. Recebi uma proposta passada, colocaram pra nós outra área, só que a proposta era o seguinte: o que eles iam investir lá era o valor daqui, se sobrasse alguma coisa iam repassar pra nós. Como é que o cara vai se meter pra ir pra dentro de não sei aonde, “ah porque o governo vai dar tudo, vai dar estrada vai dar isso”, se dentro das capitais, o governo já não tá dando, pra que vai dar dentro desse mato aí? (Orlandino Correa Monteiro, Curupeté, 17/05/2016).

Quando as empresas chegam a se embrenhar dentro de uma área, elas já vêm despachadas de governo, já vêm despachadas de deputado, já vêm despachadas de tudo, prefeitura, tudo, governador, tudinho. Como é que nós vamos ter força e poder de reagir e mandar essa empresa recuar de volta? (Gabriel Angelim, Pramajó/Peteca, 25/06/2016).

Falei no seminário, eu sei que muitos não entendem, eu tenho meu ponto de vista e não abro mão dele, por que a igreja católica cobrou imposto do nativo? Por que uma igreja cobre imposto de uma pessoa que nasceu e se criou aí? A quem se auferiu o lucro dessa terra? A terra é vendida, mas o dono legítimo não teve lucro, continua como eu hoje numa luta em cima da terra, até quando? (Daniel Fernandes Rodrigues, 20/07/2016).

Chegamos na era dos conflitos socioambientais. De um lado, a presença constante de técnicos esquadrinhando o território, o início dos embates envolvendo indenizações financeiras, a expropriação seguida de deslocamento para outras áreas. De outro, as promessas, em geral mal-sucedidas, de melhorias das condições de renda, por meio do ingresso no mercado de trabalho determinado pelas empresas. Tais promessas resultarão no crescente deslocamento de migrantes, seja provenientes de áreas expropriadas na própria região, seja provenientes de outras regiões do Pará e do restante do Brasil. Além disso, as consequências de uma série de desastres ambientais e os riscos frequentes para a saúde dos habitantes.

O território tradicional se torna palco de um jogo intrincado de relações entre empresas, poder público e comunidades. As empresas avançam sobre as áreas, transformando-as de acordo com seu planejamento de atividades. As comunidades são consideradas ou como fator de produção, ainda que de maneira pouco expressiva e em geral nos momentos iniciais, quando se exige mão-de-obra com certo conhecimento local sobre as áreas, ou como alvo do discurso de marketing social, quando recebem certo apoio para construção de equipamentos sociais, como escolas e barracões comunitários. Quanto ao poder público, as comunidades se ressentem da falta de investimentos na melhoria de sua condição de vida, recebendo a resposta que as áreas já estão destinadas para atividades industriais.

No que se refere ao período pós-1970, podemos identificar uma série de elementos comuns nos relatos ouvidos nas comunidades: as restrições de uso de seu território tradicional; as lutas envolvendo tanto a construção de equipamentos sociais, como a permanência destas, quando ameaçadas em virtude do interesse de expansão industrial na área; as difíceis tratativas envolvendo indenizações, em que as comunidades lutam pela garantia de condições justas, e que geralmente promovem cisões e disputas internas; e as consequências da atividade industrial, pondo em risco seu bem estar, resultando em casos dramáticos como o de Dom Manoel, que veremos adiante.

Em Curupeté, por exemplo, foram lembrados momentos-chave da história recente da comunidade, como o episódio em que um projeto agrícola foi proibido pela CDI por ser uma área de reserva ambiental:

Esse projeto tava a todo vapor, aí chegou uma ordem pra parar porque nós estávamos desmatando a natureza, nós estávamos destruindo a natureza. O que aconteceu: disseram que se nós não parássemos o desmatamento, eles iam mandar nos prender. Aconteceu que chegou o momento de sermos ameaçados dentro da nossa própria terra, porque nós estávamos destruindo! A empresa já tinha cortado nosso terreno da Montanha pra cá, todo mundo aqui sabe, foram cortados os terrenos, aí nos perdemos 20ha de terra que era nossa área de trabalho rural, essa área ficou lá. O que nos surpreende é dentro de poucos dias venderam a nossa terra pra Usipar e não deram pra nós um centavo que fosse, de 20 ha de terra, não foi dado um real que fosse, simplesmente eles venderam pra Usipar, a Usipar se apossou do que era nosso, dos nossos projetos, e qual foi a surpresa que, dentro de uma semana aqueles 20ha que tínhamos guardado, destruíram tudo, passaram com a máquinas e levram tudo, e nós só ficamos vendo o navio passar. Mas uma vez fomos prejudicados pelo chamado progresso que está aí (Maria de Fátima Dias dos Anjos, Curupeté, 17/05/2016).

O episódio mais recente foi a expansão da Imerys por meio da construção de bacias de rejeitos sobre o território da comunidade. Os relatos sobre este evento apontaram outro tema comum nos conflitos socioambientais: a questão da imposição do cronograma de atividades da empresa sobre a rotina da comunidade. *A empresa tinha pressa, eles já tinham ordens, disseram que se não assinasse a gente ia perder dinheiro*: estas foram as falas dos técnicos segundo as famílias. A dinâmica dos processos de negociação, quando existem, segue

sempre os ditames do empreendimento.

Tudo se passa como se fosse inevitável, o que aumenta ainda mais a pressão sobre as relações internas do grupo. Uma integrante da comunidade chorou ao afirmar que teria sido acusada pelos demais de vender o Curuperé, ao aceitar negociar o seu terreno com a empresa. Além da tristeza pela perda de sua área tradicional, as discussões sobre indenizações provocam divisões internas, uma vez que separam, de um lado, as famílias que, pressionadas, aceitam as condições ditadas pelas empresas e saem do local, e de outro, as famílias que não aceitam as condições e precisam permanecer, tendo que lidar com as consequências da poluição e da constante preocupação com sua saúde.¹⁷

Os impactos decorrentes da empresa siderúrgica Usipar, a partir de 2003, após comprar da CDI uma área de mais de 900 há, foram destaque nas falas ouvidas nas atividades em Maricá e Acuí. Dos cinco empreendimentos previstos em seu projeto, apenas dois foram implantados e a empresa entrou em processo de falência.

Na época do meu pai, essa área aqui, dali da beira do rio Dendê ia fazer divisa com o pessoal do Arienga, entao essa area aqui na época era 1800 m de fundo, e hoje em dia ainda há esse pedaço aqui porque eu vendi uma parte, precisavam dos lotes, queriam comprar, vinham pra comprar e eu não ia dar também, eu vendia né, então hoje em dia pertence só essa área aqui, a maior parte da área a USIPAR ficou com tudo, ficou com mais da metade da área que era (Eduardo dos Anjos, Maricá, 19/05/2016).

Eles vieram prevalecendo sobre as famílias que estavam lá, dando valores mínimos às famílias, lá eles tinham muito plantio de roça, mandioca, macaxeira e outras arvores frutíferas que eles tinham plantado lá. Isso também foi outro descaso da parte deles também, ou seja, o circo, como lhe falei, Raphael, se fechou. Como seu Eduardo tava dizendo, ficou com esse pedaço só, entendeu, enquanto a agricultura, o trabalho que era muito cultivado aqui, que era trabalho de roça, hoje já não tem mais, devido a esse empreendimento (Josias Maciel, 19/05/2016).

A literatura recente acerca dos empreendimentos em Barcarena indicou as consequências deste projeto para as comunidades afetadas.¹⁸ Em Acuí, além da perda de terras

17 “No contexto atual, tanto os conflitos entre os próprios moradores (acerca da permanência ou saída da comunidade) quanto entre os moradores e o Estado (nabusa de atenção para as suas reivindicações) são constantes. A pluralidade de interesses e a diversidade das necessidades são grandes. Nem sempre as demandas dos moradores que se mudaram para outras localidades se compactuam com os interesses dos que permaneceram na comunidade” FERREIRA, M.P.C. Desenvolvimentismo, impactos socioambientais e vulnerabilidade social no contexto da desterritorialização de um sociedade tradicional: o caso de Curuperé (Barcarena/PA). Trabalho apresentado no IX Encontro da ANDHEP, Vitória, UFES, 2016. Disponível em: <http://www.andhep2016.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=20>. Acesso em: 10/06/2016.

18 “Enquanto muitos moradores perderam suas terras e casas, recebendo tímidas indenizações e nenhuma ajuda para o reassentamento, estes outros foram deixados isolados, e deles foram tiradas as condições de reprodução, além de não terem recebido indenizações. A imensa área desapropriada foi totalmente cercada, mas somente parcialmente ocupada e atualmente está completamente abandonada” HAZEU, M.T., **op. Cit.**, p. 255.

para as atividades produtivas, outro impacto foi ressaltado: a perda da escola, cuja desativação provocou o deslocamento dos alunos *lá para a banda do Conde*.

O assunto do fechamento das escolas devido à chegada das empresas foi mencionado em três atividades de campo: Curuperé, Acuí e Pramajó/Peteca. Em Curuperé, o interesse da Usipar na área quase resultou na derrubada da escola, o que não aconteceu devido à mobilização da comunidade, que levou o caso até a Assembleia Legislativa em Belém. A comunidade provou que a escola foi doada por outra empresa, a Pará Pigmentos, na época das negociações para o deslocamento das famílias de Montanha para o Curuperé, onde hoje é o Canaã, e por isso, a escola não poderia ser derrubada por decisão municipal. Em Pramajó/Peteca, a escola foi construída em área que havia sido doada para esse fim por um indivíduo, mas a doação foi feita informalmente, segundo os moradores. Devido ao interesse de uma empresa para a compra da área, o suposto dono a quis de volta, e assim a escola foi derrubada para dar lugar a um galpão.

A perda da escola possui um importante significado para os grupos, na medida em que a educação escolar é entendida não somente como a possibilidade de uma vida melhor para seus filhos, mas também como meio de acesso ao reconhecimento de direitos, ao mundo da lei e das instituições. A desativação da escola se torna um fator de expropriação de seu território, na medida em que seus força as famílias a se distanciar cada vez mais cedo de seus filhos, o que reduz as condições para a transmissão de conhecimentos específicos sobre seu modo de vida e o uso de seu território.

Nos trabalhos de campo em Acuí e na região do Arienga outro fator de expropriação foi levantado: a poluição das cabeceiras dos cursos d'água da região. Os recursos hídricos, tão importantes para a configuração do modo de vida tradicional, passam a ser disputados diante do avanço das empresas, causando preocupação para as famílias. Foram feitas reclamações quanto à atuação de empresas como a Aço Pará (no igarapé Jandiaí), a Hydro (dentro da área prevista para a CAP, na cabeceira do Arienga) e a Polimix (no igarapé Acuí).

Na região do Arienga, os interlocutores lembram de um tempo em que havia muitos moradores na beira do rio, exercendo suas atividades produtivas tradicionais, realizando trocas com outros vilarejos ao longo do rio e com centros mais distantes, como Vila do Conde, Marajó e Belém. Nesse tempo, havia um campo no Santa Rosa, com uma sede onde eram realizadas festividades que envolviam os diferentes povoados. Um aspecto importante desse período era as grandes distâncias a serem vencidas pelo rio: levava-se de 2 a 3 dias no barco a vela até chegar em Belém. A construção da estrada Barcarena-Abetetuba, além de encurtar as distâncias, acabou atraindo as pessoas da beira do rio para a estrada, o que possibilitou a configuração atual das localidades na região.

Os relatos ouvidos apontam uma sucessão de perdas de terras e deslocamentos vividos pelos habitantes tradicionais, referentes à implantação do linhão da Eletronorte,

cortando roçados e causando prejuízos às famílias, e às desapropriações para a instalação da Zona de Processamento para Exportação (ZPE) e da Companhia de Alumínio do Pará (CAP), do outro lado da pista para Abaetetuba, onde muitas famílias tinha roças e outras benfeitorias.¹⁹ Celso Araújo dos Santos, que atualmente mora na parte do Arienga situada em Abaetetuba, perdeu terras com a passagem do linhão e com a CAP, e se emocionou ao lembrar desses processos traumáticos, principalmente o último.

Tinha pimenta, tinha muita pimenta, tinha mil pés de pimenta, tinha maracujazal, tinha cocal, 400 e poucos pés, tinha tudo que eu queria lá, eu tinha juru, eu tinha muruci, eu tinha caju, banana, então pra mim aquilo era uma dispensa, quando me tomaram, me tomaram praticamente, porque eu tive que sair, eu não fui lá mais [se emociona e chora], desculpe. Isso dói (Celso Araújo dos Santos, região do Arienga, 25/05/2016).

Além destes casos, existem as situações em que seus habitantes perderam terras em outros locais, como na área de implantação da Albrás.

Depois que eu arranjei família, eu morava junto com meu pai, aí nós fomos fazer primeiro uma casa lá onde é a fábrica da Albrás, lá era terreno da minha mãe, nós fizemos lá, quando tava lá uns cinco anos, por aí assim, aí chegou o progresso, nós estávamos lá, aí tiraram nós de lá (Gregório dos Santos Dias, Torre, região do Arienga, 23/05/2016).

Lá foi de novo, porque a Albrás precisou, eles saíram, tinha de sair, deixar, o pessoal falou com eles. Essa parte lá eu convivia, aí eu vim me embora de lá com ele, morar no terreno do meu pai. A gente ia lá, de vez em quando ia ver pai e mãe, pai e mãe dele, avô e avó, tudo morava lá. Aí como a Albrás precisou lá, eles indenizaram ele, mas eu não sei quanto foi, quanto não foi, nós não estávamos mais lá, aí minha sogra foi morar em Barcarena, os velhos já tinha falecido, foi só os filhos mesmo. Muitos moram em Barcarena, muitos moram pro outro lado do rio, outros moram pra Belém. Era uma vida boa mesmo, a dos velhos. Era um terrenão, tinha de tudo, graças a Deus, a gente trabalhava muito em roça, muito bom (Martinha Ferreira dos Santos, Bairro Industrial, 10/06/2016).

Enquanto Gregório dos Santos Dias continua na região do Arienga, na localidade Torre, Martinha Ferreira dos Santos perdeu sua terra durante a chegada da CAP e foi morar no Bairro Industrial.

Em Pramajó/Peteca, enquanto dona Florência e seu filho Gabriel conseguiram se manter na área, o mesmo não aconteceu com outros tradicionais, removidos durante a chegada das empresas. Pramajó foi uma das localidades com maior número de famílias desapropriadas no período entre 1979-1985, com 5,46%, conforme levantamento feito pela Associação dos Desapropriados de Barcarena (Adebar), entre as quais também estavam Ponta

19 Uma análise dos processos de desapropriação ocorridos pode ser encontrada em HAZEU, M.T. **op. cit.**, pp. 260-265.

Grossa, Tauá, Cabeceira Grande e outras.²⁰

Ali também ouvi relatos de outros moradores, tanto os que foram morar em Pramajó devido ao pertencimento a redes de parentesco com pessoas do local (Luzia Ramos Goes e sua filha Cleonice Goes, Raimundo Pantoja Cardim), como os que vieram atraídos em busca de melhores condições de vida, na época da instalação das empresas (José Francisco Barbosa, de Vicência-PE, casado com Terezinha Barbosa, de Santarém-PA, José da Silva Brito, de Bragança-PA, Leoberto, de São Miguel do Guamá-PA, Marluce Vieira, de Baião-PA).

Atendendo à sugestão dos participantes da oficina, percorri o local para visitar as casas de Marluce Vieira e de Florência dos Santos Angelim. Na área de Marluce Vieira, moram no momento três famílias, cercadas pelo muro alto de uma empresa. Na área de dona Florência, observamos outro muro alto, que separa sua casa das instalações de outra empresa.

Uma parte era dele, Didi Carneiro, de lá pra cá era dela, Teresa Martins. Aí toda essa area ela foi vendendo, pras firmas que iam chegando, e foi vendendo, até ficou ela aí ainda, ela redida aí ainda, e a gente comprou lá, quando vendi minha casa de lá, me separei e comprei aí,, tinha todos esses moradores lá, ainda não tinha chegado essa empresa. Ela disse que ele comprou dizendo pra ela que ia ser um galpao, pra guardar carreta, essas coisas, mas depois que ele comprou, aí mandou fazer esses galpões pra colocar pó. Então ela foi enganada também. Ela falou pra toda a gente lá, ela disse "olha, ele me enganou, assim como vocês foram enganados, eu fui também (Marluce Vieira, Pramajó/Peteca, 25/05/2016).

Mas isso aí quando estão trabalhando aí pra levantar essa galpão aqui, como tô dizendo, isso aí é muito perigoso, depositaram um negócio numa cor, que o bicho tava até no telhado aqui primeiro ali, aí depois colocaram embaixo desse um aí até no telhado, diz que é um pó, que quando for trabalhar aí vai prejudicar muita gente, vai levantar essa poeira muito horrível aí, e ninguém vai se cortar aqui. Ninguém vai se cortar, porque esse pó aí é muito perigoso. Então só pode trabalhar lá dentro o cara que é acostumado, tem o material, porque a empresa tem o material pros empregados trabalhar pra não ser prejudicados. Agora quem vai ser prejudicado aqui somos nós, como tô dizendo, a gente tá cercado aqui desse jeito aqui, sem ter pra onde pular e nem ter pra onde sair (Gabriel Angelim, 25/05/2016).

Mas nem sempre foi assim, conforme conta Tereza Barbosa:

Então aqui era tudo assim, a coisa mais linda, pra quem já vivia, linda assim porque não tinha situação, era tudo ali calmo, tranquilo, na época a gente podia plantar, aqui na frente a gente tinha roça, que a gente dava pras pessoas fazer farinha, caça, frutas você escolhia frutas pra comer, era uma fartura imensa. Na época de 88, quando eu cheguei aqui, ainda encontrei essa fartura, graças a Deus (Tereza Barbosa, Pramajó/Peteca, 25/05/2016).

20 TOURINHO, H.L.Z. (coord.) **Repercussões sócio-econômicas do complexo industrial ALBRÁS/ALUNORTE em sua área de influência imediata**. Belém: IDESP, 1991, p. 51.

Os três relatos acima indicam de maneira detalhada o processo pelo qual viveu a comunidade nas últimas décadas. Mesmo com o fim da era dos antigos, os migrantes ainda presenciaram uma vizinhança que tinha roças, produzia farinha e colhia frutas nos quintais. Com o tempo, na medida em que se aceleravam as negociações imobiliárias, passaram a conviver de maneira forçada com os impactos provocados pelas atividades das empresas instaladas ao lado de seus quintais. Além destes impactos, tiveram que se acostumar com o ansiedade de serem obrigados a se retirar do local.

Em Dom Manoel, sair das terras já se tornou realidade para a maioria de seus moradores. A própria realização dos trabalhos de campo teve que se adequar a esta situação: a oficina dedicada à memória da comunidade ocorreu em Vila do Conde, na casa de um de seus integrantes, que, juntamente com outros comunitários, teve que sair do local devido à situação de insalubridade existente.

Dom Manoel passou por sucessivas investidas de empresas nos últimos anos. Se no passado o território se conectava por meio de vastas áreas de mata às demais localidades visitadas, como Curupeté e Acuí, hoje está praticamente todo murado, cercado por diferentes empreendimentos. A mobilização da comunidade teve importante papel na paralisação da empresa Buritirana, logo ao lado da entrada, voltada para a sintetização do manganês, extremamente tóxico para a saúde. Porém, a chegada da empresa Tecop, em 2011, que atua na fabricação do coque, combustível obtido pelo aquecimento do carvão betuminoso, significou uma verdadeira tragédia para a comunidade. Outras empresas avançaram, como a Imerys, que pretendia expandir suas atividades, próximo a uma de suas bacias, e uma empresa francesa de fertilizantes, a Timac.²¹ Os relatos ouvidos compõem um quadro de graves impactos, não somente para as atividades produtivas, como também para a saúde dos moradores.

Após a reunião em Vila do Conde, visitei a área da comunidade acompanhado das lideranças Moisés Santa Rosa do Rosário e Adevaldo Brandão, e pude testemunhar a situação precária das casas, o barulho das máquinas da Tecop e o forte odor provocado por suas atividades. Segundo os interlocutores, apenas 6 famílias ainda vivem no local. Na ocasião, conversei com alguns deles: Jeremias Macedo Ferreira, Antonia Joseli de Souza, Sebastião Pereira da Cunha, Antonio Maria. Um dos remanescentes resumiu a situação vivida por estes moradores:

Aí cercou tudo, tomou tudo, nós só estamos ocupando a casa, coisa que eu tinha que era a lavoura, a Imerys tomou, digo tomou, porque meteu uma liminar na gente, quando a gente foi reclamar, lá eu tinha casa, eu tinha uma roça, fazia farinha, entendeu, tinha outras coisas lá, perdi tudo, tanto eu como os outros tinha lá, a mesma coisa aqui Eu considero praticamente perdido, porque nós estamos aqui esquecidos, essa que é a verdade, pelos

21 O caso de Dom Manoel foi analisado por HAZEU, M.T. **op. cit.**, pp. 271-277.

orgaos. Pra você ver uma coisa, todos os orgaos daí já vieram colher água, já vieram colher cabelo, já vieram tirar pegar essa terra com pó pra fazer análise, isso está com mais de três anos e nunca ninguém recebe um resultado, pra dizer "não tomem dessa água que ela está poluída", vocês têm que sair daí imediatamente porque o pó é contaminante, o pó vai causar alguma coisa em vocês". Nunca tivemos isso. E sempre a gente cobrando do Ministério Público. Eu no meu entender, essas empresas, pelo menos essa daí pelo dano que ela causou aqui na comunidade, ela tinha que pagar, não tinha que pagar? Mesmo que ela não fosse indenizar, mas pelos danos que ela causou, ela tinha que pagar. Quando eu fui falar no Ministério Público: indenização das casas é uma coisa, indenização pelos danos que ela causou na comunidade é outra. O Ministério Público tinha que agir e fazer ela pagar pelos danos que ela causou, não só nas plantações, no bem material, como na nossa saúde. Não tinha que pagar? Aí nós estamos aí sofrendo. Os outros que foram embora estão sofrendo, nós aqui sofrendo, porque nós não temos pra onde ir (Sebastião Pereira da Cunha, Dom Manoel, 01/06/2016).

Dom Manoel passou por dois levantamentos para fins de indenização dos moradores, em 2012, realizado pela equipe da FUNPEA/UFRA, e em 2014, pela empresa Singeo. Os interlocutores lembraram de uma audiência pública em 2014, após os levantamentos da Singeo, com a participação de representantes da CDI, do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, em que houve muitas reclamações acerca dos valores apresentados nos laudos. Além disso, os comunitários se ressentem da falta de providências quanto aos danos à saúde e ao sentimento de insegurança e desamparo vivido pelo grupo.

2.5. “Roçar o terreno para plantar casa”: as promessas do desenvolvimento e a luta pela moradia em Canaã e Bairro Industrial

Entre as localidades estudadas pelo levantamento da equipe da FUNPEA/UFRA em 2012, Canaã e Bairro Industrial são as que possuem o maior número de residências. Embora vermos a seguir a importância da atuação de grupos sociais nativos da região durante a formação dos bairros e a presença de famílias de habitantes tradicionais neles residentes, os relatos de outros moradores enfatizam em suas narrativas de origem as lutas pelo direito à moradia, por meio das chamadas *ocupações (ou invasões)* ocorridas em cada uma das localidades.

A forma como se constituíram o Canaã e o Bairro Industrial reflete as contradições da era dos grandes empreendimentos e dos conflitos socioambientais. Se de um lado temos grupos nativos, expropriados com a chegada das empresas, tentando reorganizar as condições de existência de suas famílias, de outro temos um contingente de pessoas de fora, atraídos pelas promessas de aumento da renda e de acesso a serviços sociais, buscando se adaptar a uma nova realidade de vida como migrantes.

O Canaã possui um lugar na memória das famílias do Curuperé, conforme o relato abaixo:

Por exemplo, o avo do Roberto, eles festavam Nossa Senhora de Nazaré, uma festa tradicional do mês de setembro. Naquela data de setembro, 7 de setembro, ela era comemorada, lá onde tem o Canaã. Então é o seguinte, todos daqui se preparavam pra ir nessa festa, pra dar impulso, tal dia vai ter no Acuí, tal dia vai ter. Então, esse povoado aqui ele foi dividido assim, o índio ele coloca uma pitada, vamos dizer, pega uma pitada de farinha aqui, aqui tem um monte de farinha, o índio pega aqui, põe um pouquinho aqui, um pouquinho ali, um pouquinho ali, então o Acuí, justamente que aconteceu, que o senhor quer saber, o Acuí teve, o Curuperé teve os que se ajuntavam aqui, por exemplo Raimundo Santos, Monteiro, todos se ajuntavam, porque eram daqui, mas tinham, então um ajudava o outro. Foi por isso que surgiu o Acuí, o Canaã não era Canaã, chamavam lá o campo de Nazaré, era um campo de futebol (Marcelino Ribeiro Monteiro, 17/05/2016).

O Canaã foi escolhido nas negociações entre as famílias de Montanha, assessorada por movimentos sociais (pesquisadores universitários e o Sindicato de Trabalhadores Rurais), e a empresa Pará Pigmentos para ser o local onde seriam realocadas as famílias de Montanha, retiradas da beira do rio Pará para a construção de um porto. Havia relações históricas entre as famílias de Montanha e Curuperé que facilitaram tal escolha, apesar das dificuldades decorrentes da adaptação ao novo ambiente, pois as famílias em Montanha, que antes se voltavam principalmente à pesca, tiveram que se dedicar à agricultura. Além disso, as casas entregues como resultado das negociações apresentavam problemas de estrutura, não possuíam banheiros, a terra não foi titulada, e das instalações que haviam sido definidas pelo acordo, havia somente uma igreja e uma escola, enquanto outras, como o centro comunitário e o posto médico, não foram construídas.

Uma vez assentadas no local, as famílias de Montanha passaram a conviver com os impactos socioambientais dentro do Distrito Industrial e as restrições quanto à prática de atividades produtivas. O embargo de um projeto agrícola pela CDI até hoje é lembrado como um momento difícil para o grupo, que repercutiu na forma de conflitos internos, pois um integrante da comunidade era funcionário da CDI na época. Outra situação de agravamento destes conflitos foi o novo processo de negociações iniciado com a empresa e a CDI que resultou em novo deslocamento, desta vez para as localidades de Massarapó e Nova Vida. Diante da decisão de que somente seriam construídas casas de alvenaria para as famílias que saíram de Montanha, desconsiderando as famílias surgidas após aquele processo, as chamadas *agregadas*, quatro destas últimas decidem ficar, uma no Curuperé, e as outras três no Canaã.

O episódio gerou novos atritos internos, pois os que saíram de Canaã se

mostraram insatisfeitos com a perspectiva de expansão de empreendimentos no local, de onde haviam saído com tantos prejuízos, econômicos, sociais e pessoais. Neste momento, algumas lideranças que acompanharam todo o processo de negociações desde a saída de Montanha, como Jorge Dias dos Anjos, foram decisivas para a formação do bairro de Canaã:

Então o que que nós fizemos, o Jorge e o Alfredo, reunimos, e aí tomamos uma decisão: a única maneira de não deixar esses caras ganharem em cima da gente é nós fazermos uma revolta. Que revolta será essa? Então nós vamos convidar quem queira invadir lá, novamente. Aí nós fomos pra lá, reunimos um grupo e esse grupo tá lá, claro que não tá na totalidade todo esse grupo, mas aí nós fomos e cortamos a terra agora em ruas, e por causa disso Jorge foi preso, foi ameaçado e perdeu a vida, é configurado que ele morreu em função disso (Daniel Fernandes Rodrigues, Nova Vida, 20/07/2016).

Então 22 famílias das 25 que aqui residiam foram pro Nova Vida e o Estado e as empresas, não arcando com as promessas, os que saíram daqui fizeram uma frente e retornaram pra tomar posse daquilo que era deles, que é as terras do Canaã. Então de que forma eles poderiam agir? Se você só eles, eles não iam vencer, então o que eles decidiram: lotear e doar. Se eu e vocês estamos aqui, foi desta forma de começou. Dia 4 de fevereiro de 2006 foi o dia que começou esta nova comunidade, com o nome Canaã, já pela segunda vez, porque o primeiro foi o pessoal vindo da Montanha. E logo o Estado entrou com uma ação na Justiça, pra nos tirar daqui. Foi em fevereiro, março e abril saiu, aliás, em fevereiro mesmo veio uma liminar de reintegração de posse. Quem estava aqui no início, houve uma resistência. O Jorge na época era vivo e ele chamou a gente, nós fomos pra uma frente, fomos pra Câmara Municipal, fazer pressão com os vereadores, de lá foi criada uma Comissão, fomos até a Assembleia Legislativa, lá foi feita pressão pra que nós permanecêssemos, Então houve uma negociação, verbal, não foi escrita, eu participei desta negociação ainda somente como morador. E qual foi essa negociação? Na época, todos os remanejamentos feitos pela CDI foram de forma arbitrária e a FETRAG na época ia entrar com oito ações contra a CDI, e o presidente na época, o diretor da Companhia de Desenvolvimento Industrial fez um acordo, ele não mexia com a gente, e eles em contrapartida não entrariam com os oito processos contra a CDI. Foi este o acordo. Em 2009, foi arquivado o processo de reintegração de posse. Foi arquivado, de lá pra cá, tem sido, uma luta árdua pra nós permanecer (Carlos Alberto Gonçalves da Costa, Canaã, 18/05/2016).

Apesar das pressões, o movimento ganhou força e conseguiu mobilizar um conjunto de pessoas para a ocupação. Assim descreve Daniel Fernandes Rodrigues, natural de Montanha, que acompanhou o processo:

Lá no Canaã, houve uma diferença lá, porque todo o povo que nos acompanhou, ele estava margeando o igarapé Dendê, eram todos ali da baixada da Vila do Conde, alguns pescadores, filhos de pescadores, alguma coisa ligada a pescador, ou um trabalhador que tinha um filho, queria fazer uma casa pro filho, ou numa especulação até, "vamo pra lá, se deu certo deu, se não deu, não deu", mas não eram pessoas assim, diríamos, estrangeiro, migrado de uma outra região. Pode ter no meio dos duzentos, digamos assim, que ficaram lá, vamos dizer que, uns cem fosse de Abatetuba, que já moravam há muitos anos em Vila do Conde, havia uns cinquenta de

Barcarena, havia uns cinquenta de outras migrações, mas assim especificamente, porque o cara tava numa periferia por aí precisando de um terreno, aí foi convocado a levar pra lá, não. Foi uma coisa assim pequena, leva as pessoas que estão mais ali junto na Vila do Conde, já tem uma residência e vão fazer uma aventura, vamos entrar com eles aqui, se deu certo, deu, se não deu, não deu, não tem muito prejuízo. Mais ou menos a ideia era essa (Daniel Fernandes Rodrigues, Nova Vida, 20/05/2016).

Uma parte desse pessoal que estava lá, esse gancho só pra aproveitar, uma parte desse pessoal eram parentes dos velhos, sobrinhos, netos dos velhos que moravam ali no Curuperé, ali da Benvenida, porque esse Demétrio é primo, não, esse Demétrio é sobrinho do Orlandino (Teófilo Dias Rodrigues, Nova Vida, 20/05/2016).

Ah sim, o Demétrio é parente do Orlandino, então com ele, com o Demétrio, veio o filho dele, parece que o irmão dele, então havia muita gente que, bem verificado, havia um traço familiar, havia uma ligação familiar, não era totalmente longe, tanto que ele aceitou entrar, talvez nem convidado, ele aceitou entrar no meio do vamos lá, do vamos lá e ele foi (Daniel Fernandes Rodrigues, Nova Vida, 20/05/2016).

Entre os que estavam na Vila do Conde e receberam lotes durante a ocupação havia pessoas oriundas de outros processos expropriatórios na região. Este é o caso de dona Maria Dias e Dias, e sua filha Marilene. Dona Maria perdeu terras em duas ocasiões, a primeira no Pramajó, onde nasceu. Com o pouco dinheiro que recebeu, passou a morar em Vila do Conde, mas não se adaptou. Em seguida, foi trabalhar nas terras de seus avós, no Acuí, onde passou pela segunda desapropriação, desta vez com a chegada da Usipar. Dona Maria foi morar em Canaã por intermédio de Jorge Dias dos Anjos, durante o processo de ocupação. Mesmo morando no bairro, ainda exerce atividades produtivas tradicionais, fazendo roça numa área utilizada por sua mãe no Peteca.

A filha de dona Maria, Marilene, assim descreve o momento em que chegou em Canaã:

A primeira vez eu vim pra cá não consegui, porque já tava cheio, mas eu tenho que conseguir um terreno pra mim ir pra ali. Aí vim mais umas duas vezes, com a minha irmã, foi que nós viemos aí. Então isso aqui era, parece que era 10 de frente e 30, por isso que era tudinho assim grande, aí eu disse, égua, será que não vou conseguir um terreno pra cá? Aí foi que eu morava por ali atrás, na outra rua, aí o terreno deles é grande e eles dividiam o fundo bem no fundo, por isso que vocês não vão ficar. Aí foi que eles dividiram aquele pedaço ali pra mim, aí dividiram esse pra minha irmã, e nós ficamos. Aí nós limpávamos, eu disse, poxa, meu esposo não está, como é que eu vou construir isso daí? Aí em tava bem lá em casa, o pessoal me ligou, falava, passava lá em casa: bora, bora lá pro Canaã! Olha o pessoal de Barcarena de outra invasão, vão invadir, tão com um caminhão e tudo pra colocar eu, aí eu disse: “égua, não pode!”, nós descíamos no escuro de lá. Aí eu vim me embora pra cá, aí era gente puxando pau assim, acendia fogo, e fazia aquelas

fogueiras, cada um nos seus terrenos, se eles meterem a cara, o pessoal falava, os homens diziam, se eles meteram a cara nós vamos meter lhe o terçado neles aqui, vir de Barcarena pra cá, né! Aí nós ficávamos, só que nós passávamos era a noite nesse coisa aí, aí depois eu chegava, que que eu tô fazendo, me Deus, passar a noite? Aí um trazia café, outra trazia comida, eu sei que a gente se reunia, todo mundo e fazia comida, era café, e passava a noite nessa arrumação. Aí foi que, graças a Deus, a gente conseguiu, com muita luta, nós conseguimos isso aqui. Mas era, era horrível assim no mato, numa escuridão assim, só tendo coragem (Marilene Dias, Canaã, 18/05/2016).

O relato de Marilene traz à tona a emoção vivida durante a experiência coletiva da ocupação. Todas as etapas do processo, como os contatos realizados para entrar no movimento, a preocupação com a eventual disputa com pessoas de fora, a abertura das ruas, a divisão dos lotes, os momentos de reciprocidade representados pelo café e pela comida, os esforços para a defesa dos lotes contra os supostos donos, a repressão policial, as melhorias como o acesso à água e à energia elétrica, representam para aqueles que o viveram um sentido de pertencimento ao lugar, mesmo não tendo nascido ali. A mesma emoção do relato de Marilene acerca da ocupação em Canaã também está presente nos relatos ouvidos acerca da formação do Bairro Industrial.

Os interlocutores ouvidos no Bairro Industrial distinguiram dois momentos de ocupação do bairro. No primeiro, um grupo de 80 pessoas ocupou o local chamado de Industrial 1, mas a CDI proibiu a permanência das pessoas alegando que não poderia haver moradores dentro da faixa de 200 m ao redor da empresa Imerys.

A segunda ocupação (Industrial 2) ocorreu em 2002, no local onde havia um matadouro. Os relatos de Josimar, João Mineiro, Joana e Salene ajudaram a indicar os principais momentos deste processo. Os interlocutores falaram das dificuldades dos migrantes em morar na Vila do Conde devido ao custo elevado do aluguel dos imóveis, a decisão coletiva de ocupar o local, os conflitos com o suposto dono das terras, a mobilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de garantir a ocupação das famílias, que envolveu negociações com um sr. que tinha documentação da área, chamado Eugenio, a alegria coletiva pela notícia do direito à posse, na mesma época na final da Copa do Mundo de Futebol em 2002, a construção da escola.

Tenho essas histórias pra contar, e foram muitas histórias que foram surgindo aqui no Bairro Industrial, histórias que nos alegram, e histórias que nos entristecem. Uma que nos alegra foi a vitória que tivemos aqui, ganhamos essa terra, construímos nossas casas, gente que veio de fora, que não tinha condições de comprar, vivia de aluguel, hoje tem sua casa, outros que vieram, conseguiram a casa, venderam e voltaram pra sua terra natal, muito maranhence que tem aqui, e outros que herdaram essa terra como mãe. Nesse caso, eu herdei essa terra como mãe. Eu tenho grande amor pelo Bairro Industrial, pela Vila do Conde. E história que nos entristece foi o caso de que acontece, quase diariamente aqui, o fato das empresas virem e estar apertando nós aqui, e nada nos magoa mais, eu como educadora, como professora, de passar nessa pista, na época que teve o vazamento do caulim,

eu passando de bicicleta pra ir trabalhar no Canaã, e nadando junto do caulim, cheguei na escola toda suja de caulim, e ficou por isso mesmo (Salene Maria Lima de Macedo, Bairro Industrial, 30/05/2016).

Outro ponto ressaltado pelos interlocutores nas atividades de campo foi a sucessão de desastres ambientais, como o vazamento de caulim na área da Imerys, o vazamento de soda cáustica na área da Alunorte, a nuvem de fuligem sobre Vila do Conde, a contaminação do leito dos igarapés Curuperé e Dendê, a interdição dos poços do bairro. Um episódio marcante foi a realização de uma audiência pública em 2013, quando ouviram do poder público municipal que não poderia haver investimentos sociais no bairro devido à destinação da área para as atividades industriais.

Enquanto a dinâmica em grupo ressaltou o protagonismo das pessoas de fora da região, nas entrevistas individuais tive acesso às famílias que chegaram no bairro provenientes de outras áreas de grupos sociais tradicionais. No decorrer dos trabalhos nos dias anteriores já tinha ouvido acerca de um fluxo de pessoas vindas da região do rio Arienga que se instalaram tanto no Canaã como no Bairro Industrial, o que pude verificar a partir das entrevistas com Raimunda Guedes da Silva, João Ferreira dos Santos e sua irmã Martinha Ferreira dos Santos. Outra interlocutora, Marilza dos Santos, disse que morava com seus pais em um sítio na região onde se formou o bairro.

Se os relatos dos migrantes de fora de Barcarena enfatizaram as esperanças de uma vida melhor e as lutas pela moradia e a outros direitos básicos de cidadania, os relatos dos chamados *tradicionais*, ou *nativos da região*, expressões utilizadas pelos demais interlocutores para defini-los, ressaltaram as perdas de suas terras de origem, as dificuldades de adaptação e a lembrança de um modo de vida hoje incompatível com a pequena extensão dos lotes onde moram no bairro.

[Por que parou de pescar?] Parei porque não tenho uma pessoa pra ir comigo, pra trabalhar, essas minhas filhas aqui, o meu filho, eles não compreendem como eu sei, minha pescaria eu sei, elas hoje em dia não tem como elas irem comigo porque elas não sabem, entendeu? Eu não, já fui criada na pesca, metade com pai, e metade com minha mãe negócio de roça. [e no caso, a roça, a senhora ainda faz roça?] Eu parei porque aqui não tem mais mato pra fazer roça, não tem mais, se tivesse eu trabalhava, eu gosto de trabalhar. [a senhora trabalhou até quanto tempo na roça?] Olha, isso aí, logo quando me... com uns 15 anos eu comecei a trabalhar na roça, foi até agora. [onde a senhora abria esse roçado, me diz mais ou menos onde era o local, onde vocês faziam?] Pra fazer a roça? Era pra cá, pra banda dessas firmas, hoje em dia não pode mais meter a cara pra lá, é só fábrica (Marilza dos Santos, Bairro Industrial, 30/05/2016).

[Sobre o Arienga] Ah, ainda tenho vontade de voltar pra lá, eu tenho vontade ainda, se Deus me desse um dinheiro, que desse pra comprar um pedaco, bem do outro lado do Arienga, dos outro pessoal que mora pra lá, dos Cardim, Nunes, ainda tem terra pro lado de lá, da beira do rio, ainda tenho

essa vontade de comprar um pedaço lá pra mim fazer uma barraca, bem pra mim botar uma rede, matapi, pegar meu peixe, camarão. Eu tenho muita vontade, os meninos falam: "hein, mamãe, a senhora não é nem caranguejo pra voltar pra trás!" Hum, não é? Se eu conseguir um terreno, um pedaço lá, eu nem olho pra trás. [Por que a senhora quer voltar pra lá?] Eu tenho muita saudade, muita saudade. Eu fui criada, nascida lá. [O que a senhora consegue lembrar de lá?] Porque lá a gente tinha tudo, se a gente quer o camarão, tem que comprar, se a gente quer o peixe, agora não, que meu filho pesca. Farinha, tem que comprar, tapioca a gente tem que comprar, tudo tem que comprar, e lá não comprava nada. Não comprava nada, o meu velho até vinha vender camarão, vinha vender peixe aqui pra cá, fazia farinha, dia de sábado nós vínhamos fazer a feira da farinha, tapioca, aí que nós comprávamos o açúcar, a nossa despesa pra levar pra lá (Raimunda Guedes da Silva, Bairro Industrial, 30/05/2016).

Porque lá nós estávamos acostumados, lá era nosso mesmo, a gente fazia o que queria, aqui você não pode plantar uma planta que não presta, morre tudinho. Lá não, nós fazíamos o que a gente queria (Martinha Ferreira dos Santos, Bairro Industrial, 10/06/2016).

3. CONCLUSÃO

O Distrito Industrial de Barcarena incide sobre parte de um vasto território tradicional, caracterizado pela existência de rios e igarapés que historicamente serviram de base territorial para a continuidade de grupos sociais específicos. O presente Laudo Técnico buscou caracterizar este grupos sociais e sua trajetória até o presente, com base em trabalho de campo junto a seus integrantes e com o suporte da literatura especializada.

Os elementos reunidos na seção 2, especialmente nas subseções 2.2 e 2.3, apontam para a ocorrência de um campesinato amazônico, definido pelo consórcio de atividades como a agricultura na floresta, de tipo coivara, caça, pesca e extrativismo, pela organização social de tipo familiar, o desenvolvimento de técnicas e conhecimentos profundamente imbricados com o ambiente onde vivem, assim como sua integração histórica a uma rede de trocas com outros grupos locais e com o mercado regional. Estas características possibilitam aos grupos em foco a legitimidade para o reconhecimento como comunidade tradicionais.

A apresentação dos resultados encontrados seguiu os pontos constantes do dispositivo legal referente à definição de comunidade tradicional (art. 2º, inciso IV da Lei 13.123/15): **1) “grupos culturalmente diferenciados e que se autorreconhecem como tal”**: as relações históricas dos grupos com Vila do Conde e a consciência de uma identidade cultural que reconhece a presença de grupos indígenas locais; **2) “formas próprias de organização social”**: as descrições acerca das relações familiares, das redes de pertencimento

e suas transformações; 3) **“ocupam e usam territórios para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”**: as descrições sobre os sítios, unidades tradicionais de produção, as relações com o ambiente, e as lutas para a continuidade de um modo de vida peculiar; e 4) **“utilizam conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição”**: as descrições sobre os diversos utensílios de uso cotidiano, o sentimento de preservação de um patrimônio imaterial ameaçado pela era dos conflitos socioambientais.

Este campesinato, cuja origem data do início do processo de colonização portuguesa, no século XVII, teve que se deparar com as drásticas consequências advindas da chegada dos grandes projetos industriais em Barcarena, a partir da década de 1970. As comunidades autointituladas Curuperé, Canaã, Maricá, Ilha São João, Acuí, Pramajó/Peteca, Dom Manoel, Bairro Industrial, além das comunidades na região do rio Arienga, são a expressão associativa atual de um longo processo pelo qual passaram os grupos sociais nativos, conforme exposto anteriormente.

Para se chegar aos grupos aos quais se pode aplicar o disposto no art. 2º, inciso IV da Lei 13.123/15, objeto do presente Laudo Técnico, é preciso antes de tudo ouvi-los e acompanhá-los a partir do modo como eles mesmos se percebem enquanto grupos e dão sentido a sua própria trajetória. As transformações ocorridas em seu território e os processos que resultaram em alterações em sua composição social produziram diferentes respostas dos grupos em foco.

Nas atividades ocorridas em Curuperé e Acuí, os participantes ressaltaram a persistência dos grupos familiares tradicionais, apesar das restrições territoriais e dos danos ambientais que estão dificultando suas práticas produtivas e até mesmo provocando a saída de algumas famílias. Vale destacar inclusive a ocorrência de um sentimento de consciência e afirmação cultural indígena, que está dando sentido à compreensão de sua própria história na mobilização por seus direitos territoriais. A persistência de grupos tradicionais também foi percebida na região do Arienga, onde grupos familiares ainda estão presentes, a despeito das intervenções sobre o território desde a década de 1970.

Já em Maricá, Ilha São João, Pramajó/Peteca e Dom Manoel, os trabalhos de campo apontaram um contexto em que os grupos tradicionais enfatizaram a inclusão, em suas redes de parentesco e de relações, tanto de grupos expropriados em outros pontos do território tradicional, quanto de migrantes de outras regiões do Pará e do Brasil.

Canaã e Bairro Industrial refletem de maneira mais contundente as contradições da era dos conflitos socioambientais. Mesmo ao apresentarem uma população mais numerosa e heterogênea, a formação destas comunidades envolveu a participação de integrantes de grupos sociais tradicionais, seja nas mobilizações para o reconhecimento do direito à moradia, seja na própria composição dos moradores, ao acolher famílias

expropriadas oriundas de outros pontos do território em foco. As atuais condições de vida destas famílias não apagam seu pertencimento à trajetória de ocupação tradicional descrita na seção 2, nem impossibilitam que, em condições adequadas, retomem, de maneira autônoma, as bases de sua reprodução sociocultural como camponeses.

É o Laudo.

Santarém, 22 de julho de 2016.

RAPHAEL FREDERICO ACIOLI MOREIRA DA SILVA

Analista do MPU/Perícia/Antropologia

APÊNDICES E ANEXOS

ANEXO – relatório fotográfico.